

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 013

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**Ato da Presidência:****DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2001****SÚMULA:**

Autoriza o senhor governador e a senhora vice-governadora ausentarem-se do País, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam autorizados o senhor Jaime Lerner, governador do Estado e a senhora Emilia de Salles Belinati, vice-governadora do Estado, ausentarem-se do País, até o dia 31 de dezembro de 2001, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração, venham ser necessárias viagens com destino a esses países, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - Mercosul.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o *caput* do art. 1º, o senhor governador ou a senhora vice-governadora do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.03.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE MARÇO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere,

Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.****O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****Indicações:****INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente, conforme solicitação de Vossa Excelência, comunicar que a Bancada do PT deverá compor a Comissão Especial que acompanhará as investigações e a apuração de denúncias de irregularidades na administração municipal de Maringá, através de: membro titular deputado Hermes Fonseca, e na suplência o deputado Ângelo Vanhoni.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) HERMES FONSECA

Líder do PT

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Pelo presente indico o ilustre deputado Nelson Tureck, como representante do PFL, para compor a Comissão Especial de Investigação da Prefeitura de Maringá.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, indica o nome do ilustre deputado José Maria Ferreira, como representante do PSDB, para participar dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação da Prefeitura de Maringá.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

Líder do PSDB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e como Líder do PSL - Partido Social Liberal atendendo a solicitação dessa presidência indica, através do presente, o nome do deputado Geraldo Cartário como representante do nosso partido, para participar dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação da Prefeitura de Maringá.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Líder do PSL

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Pelo presente vimos indicar o representante da nossa Bancada, para compor a Comissão Especial desta Casa, que investigará as irregularidades na Prefeitura de Maringá:

Titular - Duílio Genari

Suplente - Tony Garcia

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) TONY GARCIA

Líder do PPB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB nesta Casa de Leis, indico o deputado Ademar Traiano para compor a Comissão Suprapartidária que acompanhará o trabalho de investigação das irregularidades no município de Maringá.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

Líder do PTB

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente, fazer a indicação da Bancada do PMDB para compor a Comissão Especial que irá acompanhar as investigações e a apuração de denúncias de irregularidades na administração municipal Maringá, ficando como integrante da mesma o Líder da Bancada - deputado Nereu Moura, e na suplência o deputado Orlando Pessuti.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) NEREU MOURA

Líder do PMDB

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 366**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

**REQUERIMENTO Nº 374**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 154/99 (Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro).

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

**REQUERIMENTO Nº 387**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

**REQUERIMENTO Nº 357**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 23/2001, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

**REQUERIMENTO Nº 364**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da senhora Tereza Meira Jumes, ocorrido no último dia 08 de março, em Manoel Ribas - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao esposo, senhor Ademar Jumes, através de correspondên-

cia a ser encaminhada a Av. Brasil, s/n - CEP 85260-000, em Manoel Ribas/PR.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 375/376

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família do senhor Primo Lasta, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 10 de março de 2001, no município de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) Augustinho Zucchi

JUSTIFICATIVA:

O senhor Primo Lasta, agricultor e um dos pioneiros de Coronel Vivida, nasceu em 05 de junho de 1914, falecendo no último dia 10 de março do corrente, em Coronel Vivida onde residia há mais de 65 anos, sendo que desses, 50 anos na localidade de Rio Quieto.

Era casado com a senhora Zeferina Benin Lasta e desse matrimônio deixa nove filhos: Iracema Dalila Lasta, Manoel Iracilde Lasta, Ari Luiz Lasta, Araújo Lasta, Iracelda Lasta, Genoir Lasta, Ivone Lasta, Everaldo Lasta e Ivete Lasta.

Pessoa muito querida naquele município, onde por sua conduta e dedicação, deixa o exemplo de pai, esposo e amigo a todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

#### REQUERIMENTO Nº 353

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Luiz Fernando Bleggi Torres, pela posse como novo membro da Academia Paranaense de Medicina.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O doutor Luiz Fernando Bleggi Torres é o novo membro da Academia Paranaense de Medicina.

Ele passa a ocupar a cadeira nº 26, cujo Patrono é o professor doutor Joaquim Pinto Rebello. A posse deu-se em solenidade na Associação Médica do Paraná em data de 09 de março do corrente.

Ao doutor Luiz Fernando Bleggi Torres (Associação Médica do Paraná - Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde - Curitiba / Paraná), cuja dedicação à Medicina rendeu-lhe o merecido título de membro da Academia Paranaense de Medicina, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 354

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Pedro Aloysio Kreling, pela posse como novo membro da Academia Paranaense de Medicina.

Sala das sessões, em 12.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O doutor Pedro Aloysio Kreling é o novo membro da Academia Paranaense de Medicina.

Ele passa a ocupar a cadeira número 13, cujo patrono é o professor doutor Erasto Gaertner. A posse deu-se em solenidade na Associação Médica do Paraná em data de 09 de março do corrente.

Ao doutor Pedro Aloysio Kreling (Associação Médica do Paraná - Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde - Curitiba), cuja dedicação à medicina rendeu-lhe o merecido título de membro da Academia Paranaense de Medicina, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 355

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pelo recebimento do Prêmio Mérito Lojista 2000 na área de comunicação.

Sala das sessões, em 12.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo, mais uma vez foi premiada - recebeu o Prêmio Mérito Lojista 2000 na área de Comunicação, por ter sido considerada o melhor veículo de comunicação do Estado do Paraná durante o ano passado.

O Prêmio é concedido anualmente pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas e destaca os melhores em diversos. Esta é décima segunda vez consecutiva que o jornal Gazeta do Povo recebe este prêmio, demonstrando a qualidade e elevado nível deste veículo de comunicação que é o orgulho dos paranaenses, respeitado em todo o País, referência do nosso Estado, que retrata a nossa terra e a nossa gente.

Pelo recebimento do merecido prêmio, receba o jornal Gazeta do Povo, através de seu presidente - doutor Francisco Cunha Pereira Filho (Praça Carlos Gomes, 04 - Centro - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 367

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações do jornal O Presente, alusivos a comemoração dos seus 10 anos de circulação ininterrupta e ao lançamento de O Presente diário, que ocorreu no último dia 9 de março.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor Senhor Arno Kunzler, através de correspondência a ser encaminhada a rua Sete de Setembro, 1233, CEP 85970-000, Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações alusivos ao 8º aniversário do município de Pato Bragado, que será comemorado nos dias 16, 17 e 18 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito municipal senhor Luiz Grando e Delmar Fincke, presidente da Câmara Municipal de Pato Bragado, Av. Willy Barth, 31, CEP 85948-000, Pato Bragado, Paraná.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada à nova diretoria do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

A nova diretoria tomou posse no último dia 23 e ficará a frente do Conselho na gestão 2001/2003. O prefeito de Diamante do Oeste, Gilmar Secco, foi eleito presidente da entidade. Também fazem parte da diretoria o prefeito de São Miguel do Iguaçu, Miguel Polita (vice-presidente); Hélio Bremm, presidente da Câmara Municipal de entre Rios do Oeste (1º tesoureiro), Ítalo Fumagali, presidente da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon (2º tesoureiro), Dionízio Herdt, presidente da Associação Comercial de Mercedes (1º secretário) e Janete Vivan, presidente da Associação Comercial de Santa Helena (2ª secretária).

O conselho reúne 16 municípios que tiveram terras alagadas pela formação do reservatório da Usina de Itaipu e tem o objetivo de somar forças políticas para defender projetos que venham beneficiar a região. A integração destas cidades localizadas no Oeste do Paraná também é uma das prioridades do conselho, meta que vem sendo cumprida pela entidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, parabenizar a nova diretoria e tornar público o reconheci-

mento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 385

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor à Sudcoop - Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste.

Destacamos os ocupantes de atual administração, comandada pelo diretor presidente Valter Vanzela. Também ocupam diretorias, Alfredo Lang (vice-presidente): Manfred Alfonso Desenbrock (secretário) e Elias José Zydek (executivo).

A Sudcoop vem prestando singular serviço aos agricultores da região onde atua, promovendo a fixação do homem no campo, com qualidade de vida. Ao todo, 19 mil pessoas, entre produtores, colaboradores e prestadores de serviços, estão diretamente ligadas à cooperativa. Só em 2000 a Sudcoop gerou R\$25.253.468,90 em impostos.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 384

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, Moção de Apoio da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha, de Itaipu, ao projeto de lei que revoga a privatização da Copel.

A Moção foi assinada por nove vereadores do PMDB, PFL, PT, PTB, PDT e PPB, e aprovada por unanimidade pelos membros daquela Casa de Leis, na sessão do último dia 22 de fevereiro.

A presente proposição tem por objetivo registrar nos anais da Casa a manifestação dos legisladores municipais daquele município.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

#### REQUERIMENTO Nº 358

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governo do Estado do Paraná, solicitando que determine ao órgão competente da administração estadual providências para

combater o avanço da criminalidade na região de Foz do Iguaçu, através do atendimento às seguintes medidas:

1. Envio imediato de uma força-tarefa de pelo menos 50 homens, tendo em vista o término da operação-verão, até que seja determinando o aumento do efetivo da Polícia Militar.

2. Remoção imediata de 176 presos condenados, que atualmente cumprem pena na cadeia local.

3. Nomeação imediata de agentes penitenciários para o controle dos 479 presos da cadeia pública.

4. Reajuste no valor destinado à alimentação dos detentos, fixado atualmente em R\$0,80 por preso/dia.

5. Nomeação de dois novos delegados para a Polícia Civil, tendo em vista a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de funções nas delegacias da cidade.

6. Implantação do 19º da Polícia Militar (Batalhão de Fronteira) em Marechal Cândido Rondon e conseqüente criação do Batalhão Metropolitano de Foz do Iguaçu.

7. Construção imediata de uma penitenciária em Foz do Iguaçu.

8. Aumento nas cotas de combustíveis e reajuste dos valores destinados à manutenção das viaturas das polícias Civil e Militar.

9. Renovação e ampliação das frotas de viaturas das Polícias Civil e Militar, tendo em vista que há viaturas com nove anos de uso (fabricadas em 1992) prestando serviços na cidade, com altíssimo custo de manutenção para a comunidade.

10. Implantação imediata do 4º Distrito Policial, no bairro Três Lagoas.

A apresentação do presente requerimento deve-se a reivindicação do Conselho Comunitário de Segurança de Foz do Iguaçu e de diversas entidades sociais do município, que reclamam providências das autoridades no sentido de conter a criminalidade na região.

O Conselho Comunitário de Segurança de Foz do Iguaçu (Consefi) entidade considerada de Utilidade Pública pela Lei Municipal 1392 (de 17.05.1988) e pela Lei Estadual 9790 (de março de 1999) manifestou-se neste sentido através de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, senhor José Tavares, reclamando providências em caráter de absoluta urgência para melhorar o setor, transcritas a seguir.

Para reforçar a necessidade de que tais reivindicações sejam efetivamente atendidas, o Consefi, informou o seguinte: a) Durante o ano de 2000 foram registrados 100 homicídios em Foz do Iguaçu, contra apenas 11 na cidade de Maringá; b) No mesmo período foram registradas 15.675 ocorrências em nossa cidade; c) Também durante o ano 2000 foram roubados ou furtados 650 veículos em Foz do Iguaçu; d) A cadeia pública com capacidade para 168 pessoas, abriga hoje 479 presos; e) A Delegacia do Menor e do Adolescente registrou 1383 ocorrências no ano passado, entre elas 445 autuações por furto, 129 por porte de tóxicos e 111 por porte ilegal de arma.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 365

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal senhor Luiz Giacomini, com votos de congratulações pela passagem do 10º aniversário do município de Saudade do Iguaçu, dia 19 de março do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também aos vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Saudade do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

José Ascoli, gaúcho de Rondinha, que era vendedor de terras, apaixonou-se pelas belezas do Rio Iguaçu, e circunvizinhanças.

Toda vez que ele retornava ao Rio Grande do Sul, deixava escapar a saudade que sentia destas paragens, desta forma ocorreu a atual denominação do atual município de Saudade do Iguaçu, cuja formação teve início em 1.959, quando o senhor Horácio Tavares, preparou terreno e plantou roça, a partir daí começaram a chegar no local, outras famílias.

Esta região sudoestina sofreu agruras com as questões de litígio de terras, sendo disputada por empresas colonizadoras consideradas “pelos pesados”, responsáveis por muitos assentamentos no sudoeste, mas também por muitos dissabores para as famílias desta porção territorial paranaense.

Decorridos algumas décadas, Saudade do Iguaçu obteve sua emancipação política, com território desmembrado de Chopinzinho. encontra-se na terceira administração e graças a garra e determinação de sua gente, caminha a rápidas passadas em direção de um futuro promissor.

É justo registrar nos anais desta Casa a passagem de tão importante data.

#### REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Elza Rodrigues de Lima, residente à Rua Pastor Adolfo Hildermann nº 03 - Bairro Guarituba - Município de Piraquara, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências na rua em que reside. Se necessário, recomendamos o contato com a requerente pelo telefone 667-9384.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 369

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Guarituba, em especial da rua Pastor Adolfo Hildermann - município de Piraquara, os quais pedem policiamento de segurança no bairro, devido os vários acontecimentos que ocorrem, e a presença de policiais no local certamente inibirá a ação de desocupados, assaltantes, etc. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido da senhora Elza Rodrigues de Lima, residente à Rua Pastor Adolfo Hildermann nº 03 - bairro Guarituba, que pede a limpeza das valetas da rua em que reside, devido as mesmas encontrarem-se em péssimo estado. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 667.9384.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 348

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitação a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia PR-462, que liga os municípios de Barbosa Ferraz a Iretama.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação dos municípios de Barbosa Ferraz e Iretama, que requerem a inclusão dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia PR-462, trecho que liga os municípios de Barbosa Ferraz e Iretama.

Essa estrada, que liga a região de Barbosa Ferraz a BR-487 - Iretama, tem importância vital para o desenvolvimento daquela região, rica em produção agrícola e composta de pequenas propriedades rurais, e que sofre com enormes perdas por ocasião das safras, em virtude da estrada (leito natural) ficar praticamente intransitável em períodos de chuvas.

## REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitação a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia BR-158, que liga os municípios de Roncador e Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação dos municípios de Roncador e Campo Mourão, que requerem a inclusão dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia BR-158, trecho que liga os municípios de Roncador e Campo Mourão.

Esta pavimentação que ora solicitamos, antigo sonho dos moradores dos dois municípios, é de importância fundamental na integração da região de Roncador ao município de Campo Mourão, sendo esta uma das mais antigas estradas, que serviu aos pioneiros e desbravadores e hoje, embora com enormes dificuldades de trafegabilidade, serve como único meio de escoamento de safras agrícolas de uma das mais produtivas terras do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia PR-364, que liga os municípios de Altamira do Paraná, Laranjal e Palmital.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação dos municípios de Altamira do Paraná, que requer a inclusão dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia PR-364, trecho que liga os municípios de Altamira do Paraná, Laranjal e Palmital.

Esta pavimentação que ora solicitamos, é de suma importância para a integração daquela região com o sul do Paraná, encurtando caminhos rumo ao "Anel de Integração", programa implantado pelo governador Jaime Lerner.

## REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário,

rio, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, Digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitação a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia PR-553, que liga os municípios de Luiziana e Mamborê.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação dos municípios de Luiziana e Mamborê, que requerem a inclusão dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa BIRD V, da rodovia PR-553, trecho que liga os municípios de Luiziana e Mamborê.

Esta pavimentação que ora solicitamos, antigo sonho dos moradores dos dois municípios, é de importância fundamental no escoamento das safras ali produzidas, além da interligação da BR-369 à BR-487 e daí até o Anel de Integração, programa implantado pelo governador Jaime Lerner.

#### REQUERIMENTO Nº 356

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, depois de ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor presidente da Copel, doutor Ingo Hubert, solicitando demonstrativo contábil referente ao exercício 2000 daquela empresa.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembleia Legislativa do Estado do artigo Lutar Já Contra o Domínio do Crime, publicado no jornal Gazeta do Povo de Domingo - 11.03.2001.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 40/2001

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Luiziana, com sede e foro em Luiziana - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

A APMI - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Luiziana - PR., tem desenvolvido um trabalho de suma importância para com as crianças carentes do município. Essa entidade não possui fins lucrativos, tem por objetivo ajudar os menos favorecidos, desenvolvendo várias promoções para arrecadar recursos com o destino de melhorar as condições de vida das crianças e por consequência de suas famílias.

Portanto é de suma importância reconhece-la de Utilidade Pública Estadual.

#### PROJETO DE LEI Nº 41/2001

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigados os supermercados e empresas afins, que recebem incentivo fiscal do governo do Estado, implantarem em seus estabelecimentos, gôndolas especialmente identificadas, com produtos orgânicos produzidos no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### JUSTIFICATIVA:

Através do presente projeto de lei, pretendemos contemplar importantes progressos para a saúde da população paranaense, principalmente porque será estimulada a consumir produtos altamente saudáveis. Outro ponto também de suma importância, é a geração de emprego e renda aos agricultores do Paraná, em especial aos pequenos produtores, que terão maior procura à sua produção.

Os estabelecimentos comerciais, contemplados por incentivo fiscal do governo do Estado do Paraná, ficarão obrigados a dar um novo impulso à comercialização dos produtos orgânicos, lamentavelmente hoje consumidos em pequena escala. Mas, o grande efeito prático deste projeto ficará por conta da agricultura familiar, pois com certeza receberá uma nova dinâmica na comercialização de seus produtos.

Assim sendo, visando gerar melhor qualidade de vida aos paranaenses e novas oportunidades de emprego e renda, solicitamos aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.



PROJETO DE LEI Nº 42/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de São Jorge.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

A referida rodovia foi asfaltada pelo governo do Estado, e é notório que os municípios não têm como efetuar a manutenção da mesma. Desta forma, faz-se necessário a sua estadualização.

A iniciativa é uma reivindicação das lideranças políticas e comunitárias, na expectativa de que o Estado possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade numa estrada que, a rigor, interliga o município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de São Jorge, servindo uma região extremamente produtiva.

Hoje sob jurisdição municipal, a estrada encontra-se em lamentável estado crítico, causando prejuízos incontestes a produtores rurais e dos usuários em comum principalmente sobre o escoamento da produção agrícola produzida naquela região.

PROJETO DE LEI Nº 43/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o trecho da denominada Rodovia Costa Oeste até a base náutica do município de Itaipulândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

A referida rodovia foi asfaltada pelo Governo do Estado, e é notório que os municípios não têm como efetuar a manutenção da mesma. Desta forma, faz-se necessário a sua estadualização.

A iniciativa é uma reivindicação das lideranças políticas e comunitárias, na expectativa de que o Estado possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade numa estrada que, a rigor, interliga a rodovia Costa Oeste até o município de Itaipulândia, servindo uma região extremamente produtiva.

Hoje sob jurisdição municipal, a estrada encontra-se em lamentável estado crítico, causando prejuízos incontestes a produtores rurais e dos usuários em comum

principalmente sobre o escoamento da produção agrícola produzida naquela região.

PROJETO DE LEI Nº 44/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de Aurora do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

A referida rodovia foi asfaltada pelo Governo do Estado, e é notório que os municípios não têm como efetuar a manutenção da mesma. Desta forma, faz-se necessário a sua estadualização.

A iniciativa é uma reivindicação das lideranças políticas e comunitárias, na expectativa de que o Estado possa lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade numa estrada que, a rigor, interliga o município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de Aurora do Iguaçu, servindo uma região extremamente produtiva.

Hoje sob jurisdição municipal, a estrada encontra-se em lamentável estado crítico, causando prejuízos incontestes a produtores rurais e dos usuários em comum principalmente sobre o escoamento da produção agrícola produzida naquela região.

PROJETO DE LEI Nº 45/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigatório nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino no Estado do Paraná a inclusão, nos currículos escolares, matéria de orientação vocacional e profissional aos estudantes.

Parágrafo Único - O conteúdo programático da orientação profissional e vocacional terá o objetivo de dar a noção exata aos estudantes, para que ao escolherem o curso para o qual prestarão vestibular optem realmente pelo curso identificado com sua futura atividade profissional.

Art. 2º - A orientação profissional e vocacional integrará os currículos escolares da rede estadual de ensino a partir do ano letivo de 2002, mediante inclusão de nova disciplina ou de matéria nas disciplinas existentes.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, efetuando a adequação curricular e determi-

nando o conteúdo mínimo para que seja dada a orientação profissional e vocacional.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### JUSTIFICATIVA:

Com o referido projeto de lei, tem o objetivo de proporcionar aos jovens que estão cursando o ensino médio, orientação vocacional para que possam escolher a profissão cientes das suas atribuições.

Tendo em vista o alto índice de desistência, por parte dos universitários, no primeiro ano da faculdade, é notório o fato de conhecimento dos mesmos, quanto aos cursos escolhidos e o que representam, no âmbito profissional, quanto a função que desempenharão.

Tenho certeza que com o apoio dos senhores deputados faremos aprovado o presente projeto e a partir de 2002 nossos alunos do Ensino Médio terão uma melhor orientação sobre a profissão que irão exercer, posto que nessa fase de Ensino Médio o aluno tem a decisão mais importante de sua vida profissional que é a escolha do curso universitário, com todas as informações necessárias para a tomada de decisão.

#### PROJETO DE LEI Nº 46/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instalar a Delegacia da Mulher na cidade de Dois Vizinhos.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto desta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A criação de uma Delegacia da Mulher no Município de Dois Vizinhos é de suma importância, tendo em vista as dificuldades que as mulheres enfrentam para expor seus problemas perante um delegado, procurando normalmente, em casos mais delicados, o Conselho Tutelar, justamente por ser presidido por mulheres.

Trata-se de uma antiga reivindicação das mulheres do município, que tem constantemente cobrado do Poder Público a criação da Delegacia em questão.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Na última semana, aqui ocupando essa tribuna, relatávamos o quadro precário pelo qual o governo do Estado não atende o transporte escolar, de 2º grau, dos municípios do Paraná. Deu o calote nas administrações passadas e nesta, quando os prefeitos novos eleitos e tomado de assento a cada domicílio, do Paraná têm, mais uma vez “o conto do paco” do governo do Estado.

Transcrito num dos jornais de maior circulação, na região dos Campos Gerais, Jornal do Amanhã: Ponta Grossa terá zero para o transporte escolar, dos seus alunos. Escreve ainda este jornal que o governo aplicou calote em quase a maioria dos municípios do Paraná e ainda agora aplica o “conto do paco”, que é aquela comissão formada pelos prefeitos quando esta senhora ou senhorita que se encontra à frente da Secretaria de Educação do Paraná vem brincar de Educação em nosso Estado. Os prefeitos reclamam, aqui está a manchete, e o dinheiro não aparece! Reuniões são feitas, cifras são anunciadas e nada é cumprido!

O governo, eu acredito e tenho certeza, faz com que os prefeitos, de chapéu na mão e principalmente com a responsabilidade do cargo que possuem, vêm a Curitiba e faz que fiquem esperando esta municipalização que, apesar de feita, em alguns municípios do Paraná, não dão o dinheiro suficiente para que aconteça o transporte escolar, que é responsabilidade única, do governo do Paraná.

Vou ler aos senhores e principalmente ao presidente, porque estamos entrando com um requerimento, aonde a responsabilidade do governo do Estado está estampada, município por município, da minha região.

Começando com Arapoti; Carambeí; Castro; Embaú; Ipiranga; Ivaí; Jaguariaíva; Ortigueira; Palmeira; Piraí do Sul; Ponta Grossa; Porto Amazonas; Reserva; São João do Triunfo; Sengés; Teixeira Soares; Telêmaco Borba; Tibagi e Ventania.

Senhores deputados, nessa microrregião, onde nós atuamos, Ortigueira não vai receber nenhum centavo; Piraí do Sul, nenhum centavo; Ponta Grossa, nenhum centavo; Telêmaco Borba também, nenhum centavo.

É uma brincadeira do governo do Estado, eu acho que Sua Excelência o governador pensa que nessas cidades não tem essa juventude que nos honra hoje com a sua presença aqui em nosso Plenário, que são as crianças e os jovens iguais de Curitiba e que nós saudamos, que vocês venham sempre para ver a atuação dos parlamentares, amigos de suas famílias que se assentam neste plenário, para ver a sua desenvoltura de trabalho e aprender a tramitação pela qual as mãos das professoras, orientadoras e da parte legislativa deste Poder, empresta a vocês o conhecimento do Poder Legislativo desta Paraná.

Esses municípios têm jovens, crianças, que necessitam do transporte para chegarem às suas escolas.

Em Ponta Grossa, a secretária de Educação do município transmite através de outro órgão de imprensa, de uma outra página, que Ponta Grossa gasta 80 mil reais

com transporte escolar e não vai receber um centavo do governo. Fala ela em radicalismo, falo eu que o governo é insensível e principalmente irresponsável com o transporte escolar deste Paraná.

Nós não entendemos, prefeito que fomos, senhor presidente, senhores deputados, não pode haver discriminação, aonde o objetivo maior é a educação, a criança e o jovem. Infelizmente, além das privatizações, além da venda do patrimônio do povo do Estado do Paraná, Jaime Lerner terá marcado seu nome pelo homem que nada fez ou ainda procurou nada fazer pela educação, principalmente relacionada ao transporte escolar. Ele montou uma condição para distribuição das verbas, fez com que alguns prefeitos, junto com alguns técnicos distribuíssem para este ou para aquele município um valor pelo qual não chega na necessidade desse transporte a ser efetivado.

Hoje está tendo lá na cidade de Castro uma reunião da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, aonde, como disse no passado, o prefeito Mussolini recebe a verba que não chega bem um terço mensal daquilo que é dispendido. Outros municípios não chegam nem a um quinto daquilo que eles gastam com o transporte escolar. É somente a Secretaria de Educação e o governo do Estado que não sabem aquilo que é realmente premente à nossa cidade, à nossa região dos Campos Gerais.

Nos Campos Gerais cada município vai receber em média 25 mil reais este ano, mas o dinheiro mal cobre 25% dos gastos das prefeituras com transporte escolar.

O presidente da nossa Associação dos municípios dos Campos Gerais, prefeito Reinaldo Cardoso, diz que vai exigir explicações do governo do Estado, e nós aqui nesta Casa nos somamos aos prefeitos, para dizer, infelizmente, que o governo do Estado mais uma vez dá o “conto do paco” ao interior do Paraná.

Concedo um aparte ao ilustre deputado Plauto Miró Guimarães.

#### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Nobre deputado, escuto o seu pronunciamento preocupado, também da forma como a mídia e as declarações de prefeitos da nossa região, vêm atuando.

Para mim é claro, um amplo trabalho da Assembleia Legislativa do Paraná, uma pressão dos prefeitos junto ao governo para que o governo cumprisse o repasse do transporte escolar.

Logo no começo ao ano letivo o movimento foi feito; atrasou por uma semana as aulas para que pudesse acertar e discutir o repasse do recurso do transporte escolar.

Vimos o vice-líder do governo o deputado Ademar Traiano discutindo e participando de reuniões entre uma comissão de prefeitos e membros do Poder Executivo Estadual aonde o nosso companheiro Traiano participou dessas reuniões.

O critério da forma como iria ser distribuído aquele valor que foi feito dentro de um entendimento, se discutiu, os prefeitos aceitaram aquele valor e o critério para ser repassado foi montado através dos prefeitos que ali estavam, representando a Associação do Município do Paraná e, também, os demais prefeitos paranaenses.

Vejo a nossa cidade de Ponta Grossa, o município de Pirai do Sul e também o município de Ortigueira na imprensa estadual, dizendo que não receberam o repasse dos recursos do transporte escolar.

Preocupa-me! Agora pela manhã comecei manter contatos para buscar a resposta concreta. Por que não?

Os grandes municípios do Estado como Londrina, Cascavel e Maringá, também não receberam esses recursos. Na hora que tiver vou informar aos nossos prefeitos da Região dos Campos Gerais, que ficaram sem o repasse. Na hora que eu souber exatamente o porquê pode ter certeza que aos prefeitos nós informaremos e, vamos cobrar das autoridades competentes neste ano.

Somo-me aos prefeitos dos Campos Gerais para que, aqueles que devem ser atendidos têm que ser atendidos, porque não é justo que alguns recebam e outros não.

Os paranaenses são os mesmos, o governo é de todos os paranaenses e não de alguns municípios e outros não.

Muito obrigado.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Castro vai receber durante o ano todo 56 mil reais, menos do que gasta numa quinzena. Cinquenta e seis mil reais por ano.

Eu faço uma proposta e queria a somatória. Acredito que será transcrito na imprensa do Paraná, que o prefeito não só de Ponta Grossa, nem dos Campos Gerais, mas os prefeitos do Paraná têm que pegar no Jaime Lerner e dar um “tranco” nele.

O governador só pega na partida, no “tranco”.

O homem não tem iniciativa de chegar numa lanchonete e pedir um refrigerante. O dono da lanchonete diz: você quer tomar Coca-Cola ou Guaraná?

Ele volta para a rua, consulta alguém, daí vem dar a resposta.

Só faz reunião.

Diz que é técnico.

Mas, realmente, faz aquilo que apareceu no Fantástico, daquele time do “ibes”, que é o pior time do mundo.

Esse é o pior governador para a educação e para o outros setores da economia do Paraná.

Nós trouxemos as crianças, aqui na frente do Palácio Iguaçu, para empurrar o governador. Os prefeitos, para fazer ele pegar no “tranco”. Quem sabe ele vai andar com o transporte escolar do Paraná.

Concedo o aparte a Vossa Excelência, deputado Irineu Colombo.

### O Sr. Irineu Colombo

Essa briga do transporte escolar foi a Oposição que puxou nesta Casa.

A briga do salário-educação foi a Oposição que puxou nesta Casa.

Graças à parada dos prefeitos conseguimos avançar um pouquinho, mas precisamos continuar cobrando, não podemos ficar satisfeitos com isso.

É uma situação bastante hilária esta nova formulação de Vossa Excelência com relação ao governo o estado, que só “pega no tranco”.

### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte.

### O SR. ALGACI TULIO

Campo Largo por exemplo, tem um dos maiores territórios aqui da região metropolitana, maior do que o próprio território de Curitiba, e gasta, aproximadamente, 150 mil reais por mês com transporte escolar.

Quer dizer, neste rateio que o governo vai colocar, vai dar uma insignificância, na verdade, para Campo Largo. Os prefeitos vão assinar o convênio recebendo possivelmente quatro ou cinco mil reais por mês, mas ficarão com a responsabilidade de não reclamar mais, porque o governo está repassando esta importância.

Na verdade, para um município como Campo Largo, não significa absolutamente nada. Conversava, na última sexta-feira, com o prefeito, estávamos discutindo a questão do transporte escolar, e ele disse: “Olha, Algaci Tulio, para mim é melhor que não venha nada, porque eu gasto 150 mil por mês; se vier cinco mil, que diferença vai fazer?”

Então é uma situação complicada, que eu acho que o governo do Estado deveria dar uma repensada, nesta questão do transporte escolar.

Muito obrigado, deputado.

### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Muito obrigado, deputado, agradeço o aparte e encerro, dizendo que tem mais um companheiro que é o deputado Algaci Tulio para dar um tranco para que o governo “pegue na partida” para o transporte escolar do Paraná.

Obrigado.

### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela Ordem está inscrito o deputado Moysés Leônidas.

### O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Vejo a colocação do deputado Zuk, que chama o governo à responsabilidade com relação à questão de Educação. Já dissemos, aqui, anteriormente, o governo Jaime Lerner tem, no seu calcanhar de Aquiles, deputado Zuk, a educação do Paraná. O professorado colaborou,

sempre em peso, foi às ruas, levantou bandeiras, nas duas eleições. E, hoje, estão frustrados, exatamente pela falta de atenção. A educação vai desde o transporte escolar à valorização do professor.

Mas, eu queria trazer aqui, senhor presidente, mais uma preocupação da minha comunidade de Londrina e de toda a região Norte do Estado, com relação à insegurança que vive o povo de Londrina. A cidade virou um caos. A polícia é mais bandida do que os bandidos.

Os estudantes, as pessoas nas ruas, os operários, vivem em constante tensão, com medo de sair às ruas. Dissemos, aqui, na quarta-feira, que a cidade esperava a ida do ex-londrinense José Tavares, hoje secretário de Segurança do Estado, numa reunião, para tratar desta questão da insegurança de Londrina ou da insegurança que vive o povo da cidade.

E, o ex-deputado e quase prefeito de Londrina, porque quase ganhou a eleição, naquela eleição que disputou e deixou de ganhar por 680 votos, esteve em Londrina, depois de muito tempo sem lá aparecer, para fazer uma reunião com a comunidade civil, devidamente organizada, o Conselho de Segurança, enfim, as pessoas que trabalham com esta área. E o resultado está aqui, publicado numa página do Jornal de Londrina, jornal local de muita credibilidade: “Tavares frustra vereadores e lideranças.”

No começo da conversa dele, tinha gente dormindo no Plenário. Depois, quando a coisa esquentou, a decepção foi total, porque para se esquivar, o Tavares disse, entre outras coisas, que não manda nada e jogou a responsabilidade em cima do governador Jaime Lerner.

Nossa preocupação é exatamente atender nossa comunidade, nesta área que em primeiro lugar o londrinense, numa pesquisa feita, tem a preocupação com o desemprego, e enconstado, com a questão da segurança.

Como é que um homem como o Tavares, que conhece a cidade, que tem a responsabilidade de representar este governo “morno” de Lerner, vai a Londrina e não leva um projeto, ele que conhece a cidade! E aí foi a decepção, porque se esperava da parte dele, como um homem representante do governo, que conhece a cidade, chegasse lá e dissesse: “ó, está aqui! Nós vamos pelo menos dar bisturi para o Instituto Médico Legal, vamos dar gasolina para a Polícia Militar e vamos equipar melhor a Polícia Civil”.

Foi uma decepção total. Quero deixar aqui consignada a frustração e a indignação do povo de Londrina com a falta de um projeto desse governo para com a questão da segurança. Não bastasse só Londrina, Curitiba também vive esse mal, esse medo. A semana passada uma londrinense foi violentada, foi fuzilada, literalmente morta aqui nas ruas de Curitiba ao sair de um vídeo. E nesse final de semana a própria secretária do meu gabinete, num sinaleiro da cidade, encostaram um revólver nela e levaram todo o seu dinheiro. Então, não é só Londrina. Falta um projeto. E não vejo projeto para a segurança assim, deputado Zuk, como não vejo para a

educação, não vejo para as estradas, não vejo nada. Eu não sei até onde vai este governo.

Quero deixar aqui consignado em letras garrafas, a preocupação do povo de Londrina e a frustração do povo de Londrina com a atitude do secretário José Tavares que deveria conhecer a cidade, pois saiu de lá e deve toda a sua carreira à cidade, chegou lá e foi desta forma que o povo o recebeu: Tavares frustra os vereadores e as Lideranças que lá compareceram.

Solicito o Horário da Liderança do PSB, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Horário concedido.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Muito obrigado!

Além de não atender às reivindicações, o secretário comunicou novo adiamento da inauguração da cadeia.

Antes de ceder um aparte ao deputado Ricardo Chab, eu quero dizer que na hora que o secretário estava no sábado pela manhã tomando um cafezinho no calçadão, um pessoal fez um arrastão na rua Araguaia e assaltou diversos estabelecimentos comerciais, não de madrugada, às 11:00 horas da manhã. Na noite o cidadão entrou na rua Guaporé e fuzilou o ancião, no centro, no coração de Londrina, para lhe tomar o pouco dinheiro que tinha. Essa é uma cidade que não vive feliz e não vive tranqüila com relação à segurança.

Concedo um aparte ao deputado Ricardo Chab.

**O Sr. Ricardo Chab**

Deputado Moysés Leônidas, no sábado pela manhã lendo a Folha do Paraná, me causou espanto, porque o assunto da Segurança Pública é um assunto que eu gosto de discutir, e me causou espanto quando eu vi uma declaração que imputaram ao secretário da Segurança Pública, dizendo que ele está fazendo a parte dele e que outras pessoas deveriam fazer a outra parte e que ele não poderia fazer mais nada, ou seja, eu não entendi o que quis dizer o secretário com essa declaração quando diz assim: eu estou fazendo a minha parte e não depende só de mim, disse ele. Ora! Se não depende do secretário da Segurança Pública, a segurança da nossa cidade depende de quem? É claro que cada um de nós temos a nossa parcela de responsabilidade. Agora, cabe ao secretário gerenciar isso. Desculpe-me, confesso que fiquei espantado com essa declaração do secretário José Tavares.

Então me coloquei a pensar como cidadão paranaense: será que o secretário, com isso, quer dizer que o governador é que está faltando com a segurança pública? Então, alguma coisa está acontecendo, deputado, porque eu como cidadão e além de tudo como deputado de Curitiba e da região metropolitana, não posso concordar com a segurança que eles estão dando à população de Curitiba e região metropolitana.

Sou o deputado mais votado aqui, São José dos Pinhais, e tenho ido sistematicamente à Secretaria Pública, tenho levado o prefeito de São José para pedir duas viaturas.

São José dos Pinhais, deputado, tem 230 mil habitantes. O senhor sabe quantas viaturas tem a Polícia Civil em São José? Três viaturas! Tenho ido sistematicamente, rapaz, à Secretaria. E, olha, não dão nem bola!

Desculpem-me, mas parece que virou um grande oba-oba. Parece que a coisa está assim. Ah, está uma grande festa! Mas, esperem um pouquinho, a população está morrendo, até policiais estão matando para poder roubar! Quinta-feira à noite em São José mataram um policial militar que para poder complementar o salário dele, deputado, fazia bico de vigilante na porta de chácara, em São José; ele escondia a farda por baixo de um casacão e para poderem roubar uma das chácaras, ele foi morto.

Então, deputado, confesso que começo a ficar assustado quando ouço, vejo nos jornais um secretário da Segurança Pública dizendo que ele não pode fazer mais nada.

Ora, se ele não pode, imagine nós, então!

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS**

Agradeço Vossa Excelência e quero dizer que a impressão que tive em Londrina foi exatamente esta. Que ele pegou batata quente e empurrou para o governador Jaime Lerner. Agora, imagino, pela formação até acadêmica que tenho, que administrar é solucionar problemas. Se o secretário não está conseguindo, pegue o boné e volte para casa. O que não pode é ser maltratada uma comunidade, a minha não vai ser tratada assim. Não defendo aqui Curitiba, porque não sou de Curitiba, embora seja deputado do Paraná, agora, lá em Londrina, quem conhece sou eu, e acho que o ex-deputado Tavares quando for a Londrina não pode ir mau humorado. E quando enfrentar problemas também não pode ficar de cara feia. Vou passar aqui, inclusive, ao meu querido amigo deputado Durval Amaral, esta reportagem e as demais que ele quiser ver, do que foi a ida do secretário para Londrina.

Não é possível, deputado Chab, que o comandante da Polícia Militar de Londrina fez uma confissão, foi falado na rádio Paiquerê, que é a rádio mais potente que tem em Londrina, que ele estava indo ao encontro com o Tavares, mas não sabia como ia fazer no final de semana, sábado e domingo, porque não tinha um litro de gasolina. Mas, que governo é esse? Que segurança é essa? Já disse aqui e quero reiterar - fui lá na Secretaria, humildemente, coloquei o problema do Instituto Médico Legal, o secretário teve a insensatez de demitir o médico-chefe que fez a denúncia. Ora, se é para ficar calado não dá para ser, deputado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Nelson Tureck, ainda no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente Elio Rusch, senhores deputados.

Venho a esta tribuna para pedir o apoio dos nobres companheiros e dizer, o Paraná passou por quatro financiamentos de estradas. Tivemos o BID 1, o BID 2, o BID 3 e o BID 4. Encerrou-se o BID 4 já faz mais ou menos uns quatro anos e nós aqui, na outra legislatura estivemos cobrando para que fosse incluído nos programas de financiamento de novas estradas do Estado do Paraná, quando era o secretário Heinz. Colocamos as estradas de Barbosa Ferraz, uma estrada interrompida praticamente 20 quilômetros prontos, falta 30 quilômetros até as Termas de Jurema, uma obra paralisada. Temos um outro trecho de estrada que liga, de Luisiânia até o município de Barbosa Ferraz, e de Campo Mourão ao município de Roncador, e Altamira do Paraná até Laranjal.

São estradas, senhores deputados, importantíssimas no Centro-Oeste do Estado do Paraná. Estradas aonde temos ali as melhores terras férteis do Paraná, aonde neste momento se colhe a safra de milho com agricultores colhendo até 400 sacas, estradas importantes que sempre são reivindicadas e hoje subo aqui nesta tribuna, aonde tem um requerimento deste deputado que vai à Secretaria dos Transportes, ao nosso amigo, companheiro, deputado desta Casa, o secretário Nelson Justus, e pedimos ao secretário para que faça este levantamento do Estado do Paraná, porque há muitos anos não se fazem mais estradas, rodovias que vão trazer a segurança e o escoamento das nossas safras agrícolas em rodovias importantes, Edno Guimarães, como são estas que aqui citei.

Esperemos que este levantamento seja feito em breve porque a Secretaria dos Transportes deverá remeter ao Senado da República para que aprove este financiamento, porque sabemos, e os senhores também sabem, que dinheiro hoje do Tesouro para fazer estradas com financiamentos do caixa não existe, não existe dinheiro. Portanto, se encerrou o BID-04 e esperamos que essa programação seja agilizada, para que essa população, que há mais de vinte anos espera por esse bem, tantas estradas foram feitas e acabaram essas importantes - do Estado do Paraná - sem serem iniciadas.

Por isso, peço o apoio dos senhores deputados.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Gostaria de comunicar a esta Casa, que hoje, na presidência da Assembléia, juntamente com membros da Comissão Executiva, onde também esteve presente o deputado Hermes Fonseca, tivemos o prazer de receber do Instituto Romeu Barcelar Filho o apoio, para nossa revisão constitucional - um estudo sobre nossa revisão - e um acordo de assessoramento, de apoio, para que possamos fazer dessa nossa revisão constitucional, um grande trabalho em favor do nosso Estado, retirando do corpo da Constituição eventuais artigos, incisos, tanto no seu corpo, quanto nas disposições transitórias, que eventualmente estejam fora das conformidades constitucionais.

Volto a conchamar aos senhores parlamentares, que estamos em pleno curso do prazo, para apresentação de emendas na revisão constitucional. Gostaríamos que esse assunto empolgasse os parlamentares. Que cada um conversasse com os segmentos da sociedade, que representam, para poder oferecer emendas na constituição, sejam elas possíveis de serem acatadas, sejam elas impossíveis de serem acatadas, não importa. O que importa é que venhamos a apresentar essas emendas. Porque aquelas que pecarem pelo vício da inconstitucionalidade, poderão servir de subsídios para projetos de lei ordinária, a serem implantadas nesta Casa, seguramente para o bem do Paraná.

Queria fazer o registro, inicialmente, deste estudo recebido do Instituto Romeu Barcelar Filho e do apoio, que teremos de um corpo, da mais alta qualificação, de advogados, todos professores, a grande maioria com mestrado, com doutorado. É um instituto que promove cursos sobre as mais variadas áreas do direito, com tributaristas, enfim, administração pública, questões de ordem municipal, de ordem econômica e social. E, seguramente, será de grande valia para contarmos com a participação desses integrantes.

Em segundo lugar, queria comunicar à Casa que estaremos encaminhando à Presidência o convite que recebemos, na condição de presidente do Parlasul, para uma reunião do Crecenea Litoral, com o Parlasul, a ser realizado no dia 06 de abril do corrente ano, em conjunto com o Mercosul em Buenos Aires, na Argentina. Isso será de suma importância, porque lá estará se discutindo o funcionamento das comissões, o controle sanitário das fronteiras, provocamos, inclusive, os irmãos da província argentina, do Crecenea, sobre a questão da aftosa. Somos países vizinhos e países irmãos e estamos vivendo esse problema com a Argentina. Debate sobre tema do Mercosul com a Alca e outros temas que serão necessários, dizendo que esta reunião estará sendo feita simultaneamente a uma reunião do Mercosul preparativa, para uma reunião de presidente e chefes de Estado das Nações da América, que terá lugar na cidade de Quebec, no Canadá, nos dias 20 e 22 de abril de 2001.

Então encaminhamos à Mesa esse requerimento, para que a Mesa tome as providências que julgue necessárias.

Senhor presidente e senhores parlamentares, eu gostaria no dia de hoje, basicamente de agradecer a confiança depositada pelos deputados de todos os partidos que compõe a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pela votação na semana passada sobre a nossa Corregedoria Parlamentar.

Durante muitos anos, senhor presidente e senhores parlamentares, houve uma lacuna nas comissões da Assembléia Legislativa com respeito a conselho de ética, decoro parlamentar e da corregedoria da Assembléia, que era profundamente sentida a sua ausência no andamento dos trabalhos, das ações e do resgate até mesmo da imagem da Assembléia Legislativa perante a opinião criada do Estado.

A Corregedoria Parlamentar foi criada e foi eleita com um corregedor e dois corregedores substitutos, competindo a eles promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia do Estado do Paraná, dar cumprimento a determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa, supervisionar a proibição de porte de armas com poderes para revistar e desarmar, fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa. O corregedor poderá, observando os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbação da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia. Compete aos corregedores substitutos, substituir o corregedor. Em caso de delito cometido por deputado no Centro Legislativo Presidente Anibal Khury caberá ao corregedor presidir um inquérito instalado para a apuração dos fatos. Serão observados no inquérito o código de processo penal e os regulamentos da Polícia do Estado do Paraná no que couber. O presidente de inquérito poderá solicitar cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores no seus quadros, e assim por diante.

Quero, na verdade, ao ler as funções do corregedor, dizer principalmente aos deputados e à imprensa, que muitas e muitas vezes nos questionam qual a atribuição do corregedor da Casa, e deixar claro que está especificado no nosso próprio Regimento Interno quais as atribuições que competem ao corregedor.

Nós vamos, senhor presidente e senhores deputados, analisar todos os fatos que trouxeram qualquer tipo de manifestação com grupos de parlamentos ou com a própria Assembléia Legislativa na sua área administrativa.

Agora deixaria claro também neste momento que ninguém espere que o corregedor da Assembléia Legislativa se transforme num algoz, da Casa, ou dos seus companheiros. Jamais teríamos a tendência de democratas que somos de imaginar que uma mera denúncia sobre um nome de um deputado viesse fazer com que a Corregedoria fosse denegrir ou ajudar, através de manifestações e declarações à imprensa, da imagem de um parlamentar: pelo contrário, não estaremos instalando aqui na Assembléia Legislativa, sob hipótese alguma, um instrumento

de inquisição de parlamentares; como também não estaremos sob hipótese alguma, instituindo na Assembléia Legislativa uma gaveta para fechar denúncias contra parlamentares. O que importa na Corregedoria é ir atrás do fato para podermos distinguir o que é boato, o que é intriga política daquilo que é veraz, que é verdadeiro, daquilo que seja testemunhado, daquilo que tenha provas, para podermos então oferecermos um relatório final à Comissão de Ética e finalmente ao Plenário desta Casa, embasados em documentos, embasado em fatos verídicos, o que possa ter ocorrido com parlamentares ou com a nossa Casa.

Acho que a Corregedoria tem como responsabilidade acima de tudo, assegurar a ampla, plena e geral defesa e explicação do parlamentar, para que ele exerça o seu direito de cidadão no âmbito desta Assembléia, justificando eventuais denúncias com matérias jornalísticas que possam ter sobre ele.

Se nós vamos permitir esse direito, da mesma forma iremos agir com o rigor necessário, sempre que existir comprovação de fatos, de atitudes indônea de um parlamentar com o objetivo de salvar a imagem da Assembléia Legislativa perante a população do Estado do Paraná. Agora, a Corregedoria, não é um instrumento de aquisição, é um instrumento de pesquisa sobre a verdade absoluta dos fatos que eventualmente estejam acontecendo.

Da mesma forma, se necessário for, estaremos fazendo um relatório solicitando punição, suspensão ou até mesmo cassação do mandato de um parlamentar, com a mesma tranquilidade que estaremos fazendo um relatório dizendo da falta de prova e da absolvição de um companheiro nosso, que possa estar, eventualmente, num determinado momento, sendo injustificado por motivos não confessáveis.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rush**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao senhor deputado Ricardo Maia.

#### O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Neste último final de semana tivemos o encerramento da Exposição da Feira Agropecuária de Paranavaí e de toda região Noroeste do Estado do Paraná, tradicional, e é a primeira feira agropecuária do nosso Estado do Paraná. Tivemos uma reunião de suma importância com todos e com a maioria dos produtores de mandioca, empresas processadoras, farinheiras, fecularias de mandioca do nosso Estado do Paraná, porque o Noroeste do Paraná, mais precisamente a região de Paranavaí, onde temos a grande situação das estradas, temos uma grave situação com os produtores e industrializadores de mandioca do Estado do Paraná.

É uma região altamente produtora, uma região que gera aproximadamente 60 mil empregos, desses, são 60

mil produtores do Estado do Paraná, que plantam mandioca no nosso Estado do Paraná e geram, na região de Paranavaí, região Noroeste, aproximadamente 45 mil empregos diretos no campo e na cidade naquela região.

Está se passando por uma grave situação, pois o governo federal, no final do ano passado, tirou a farinha de mandioca das cestas básicas do Ministério da Agricultura e da área social do governo federal e automaticamente todos os governo estaduais do nosso País, ocasionando uma grande queda do preço, bem no início da próxima safra, que é essa safra que estamos tendo hoje.

Para os senhores terem uma idéia do preço, estive em média a 120 reais a tonelada até o final do ano passado, hoje está em média aproximadamente a 40 reais a tonelada de mandioca ao produtor do nosso Estado do Paraná.

Então os senhores façam uma conta, nós temos um custo estimado de aproximadamente 65 reais por custo de produção. Isso leva-nos a uma preocupação grande de levarmos aí, mais uma vez, esta região do Estado do Paraná a um grande prejuízo e praticamente a um novo êxodo, seja rural, seja urbano, daquela região, com mais desemprego e mais uma crise financeira que irá, sem dúvida nenhuma, afetar essa região do Estado do Paraná. Não é só a região de Paranavaí, não, entre a região de Cianorte, está aí o deputado Edno Guimarães, entra a região de Umuarama, entra até o Oeste e Sudoeste do Paraná, onde temos inúmeros produtores de mandioca.

Então nós trouxemos essa nossa preocupação, já aqui a esta Casa de Leis e, semana passada levamos ao senador Osmar Dias, e o mesmo já está em contato com o Ministério da Agricultura que, provavelmente, amanhã teremos uma audiência, em Brasília, representando esta Casa de Leis, juntamente com o senador Osmar Dias, para que o governo federal, o ministro da Agricultura, o que ele fez, no Rio Grande do Sul, com os plantadores de arroz faça com os produtores do nosso Estado do Paraná. O governo federal pode colocar o EGF, empréstimo do governo federal, e o AGF, que é aquisição do governo federal de mandioca ocasionando ali o alívio dos produtores e alívio às feculares e farinheiras do nosso Estado do Paraná.

Nós não podemos, em hipótese alguma, cruzar os braços neste momento de tanta dificuldade que os produtores do Estado do Paraná enfrentam, em vários setores. E este é um setor importante para nós, que gera riqueza e gera renda, porque é um setor em que temos hoje 60.000 produtores e aproximadamente 50.000 empregos diretos, no Estado do Paraná! É um setor que nós temos que prestigiar.

Nós sabemos prestígio, em Brasília, do senador Osmar Dias e o conhecimento que ele tem com a Agricultura, com o homem do campo, e desta Casa de Leis iremos fazer o governo federal, por intermédio do ministro da Agricultura rever a sua posição e fazer aquilo que

nós tantos precisamos, que é o apoio ao agricultor do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O que me traz à tribuna na tarde desta segunda-feira são os mesmos motivos que já me trouxeram a esta tribuna há cerca de 15, 20 dias atrás, em função de denúncias veiculadas pela imprensa do Paraná, que membros do Tribunal de Contas do Estado estariam envolvidos no esquema de desvio de recursos públicos da prefeitura de Maringá.

Todos nós sabemos, por iniciativa nossa, nós instalamos aqui, uma comissão para investigação desses fatos. Agora o que eu quero salientar neste momento senhor presidente, é que a imprensa não se calou, a imprensa continua, todos os dias, colocando o envolvimento deste órgão auxiliar da Assembléia Legislativa do Paraná, no desvio de recursos públicos de Maringá.

O Diário do Norte, de Maringá, enfocou na sua edição de 5ª, 6ª, sábado e domingo este assunto e nós estamos quietos! Eu acredito que a coisa não pode continuar assim! Não fosse a imprensa do Paraná, que agora já extrapolou, porque a Folha de São Paulo também já vem denunciando os fatos ocorridos. Acredito que seja muito grave, não se nós perdemos a nossa capacidade de indignação com os fatos que acontecem! Olha a manchete do Diário do Norte: Tribunal de Contas indicou Paolicchi. Os senhores imaginem, se a manchete fosse: Deputado fulano de tal indicou este ou aquele cidadão que desviou recursos públicos o que teria acontecido? Nós não nos indignamos! Então quero reafirmar, neste instante, que a imprensa vem cumprindo o seu papel, vem fazendo as denúncias. Nós somos os representantes do povo, aquele é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Temos que tomar as providências, que nós corremos o risco de cair na vala comum daqueles que têm algum problema, têm algum receio do Tribunal de Contas, porque já me disseram: Mas tem colegas seus...e eu falei: Aponte um. Não me apontaram! É, tem colegas seus, tem prefeitos que o apóiam, que precisam do favor para aprovar a sua prestação de contar! Nós não podemos correr este risco, eu não tenho ninguém para medir favor, sofri na carne os rigores para aprovação das contas quando fui prefeito da minha cidade.

Então, não podemos ficar assistindo a isso que estamos assistindo, e mais, nós não podemos passar por esta Casa e deixar aqui alguma coisa que no futuro possa manchar a nossa passagem por aqui.

Ora, recebi informações que diz o seguinte: Fernando vai acabar ficando sozinho nessa briga com o Tribunal de Contas. Tenho certeza que não. Tenho certeza que os 53 outros deputados estão juntos conosco nessa briga, eu não acredito que eu esteja sozinho, porque esta briga não é minha, esta briga é do povo do Paraná, essa



briga é de cada cidadão deste Estado, que confia naquele órgão, aquele órgão é cinquentenário, é um órgão que tem uma estrutura, senhor presidente, invejável, técnicos da mais alta qualidade, técnicos que vão fazer estágios em países de primeiro mundo. É useiro e vezeiro nós temos notícias de que técnicos do Tribunal de Contas se deslocaram até a Alemanha onde foram fazer cursos de reciclagem e aperfeiçoamento para auditar as contas públicas; isto quem está pagando é o povo do Paraná. Existem técnicos gabaritados, homens preparados para auditar as contas.

Não é possível que um desvio de recursos feito através de cheques nominais e endossados seja muito difícil detectar.

Digo aos senhores, um auxiliar de contabilidade de quinta categoria, ou melhor, de quinto escalão sabe que quando existe um cheque nominal a própria empresa, e nesse caso, a prefeitura, é porque existe Caixa 2. E se na empresa privada o Caixa 2 não existe, muito menos pode existir no caso do Poder Público.

Então, quero dizer aos senhores, não podemos continuar aguardando que as coisas venham acontecer e nós sejamos na verdade comprimidos, ou seja, outros que venham a acontecer, porque ontem a imprensa trazia notícia de que o senhor Paolicchi, durante esta semana vai com seus advogados, irão convocar, senhor presidente entrevista coletiva onde ele irá desmentir o ex-prefeito Jairo Gianoto, e nós estamos no meio deste tiroteio.

Concedo um aparte ao deputado Beraldin.

#### **O Sr. Beraldin**

Deputado Carli, na verdade eu já venho lutando em relação a isso alguns mandatos, e já aprovamos aqui na Assembléia inclusive dois requerimentos solicitando o livro de posse de todos os funcionários do Tribunal de Contas. Acompanhado evidentemente com sua habilitação profissional, enfim, o requerimento é bastante amplo e completo, o que faria uma cirurgia no Tribunal de Contas em relação à área do pessoal, mas infelizmente a resposta não veio; nós aprovamos mais uma vez e a resposta não veio.

Na verdade, o Tribunal de Contas tem uma equipe técnica muito capacitada para esmiuçar as contas da administração pública, seja municipal, seja estadual.

Então, na verdade, quem está legislando mais a fundo, o que mete mais medo para o governo ou para os órgãos públicos do Estado, são os técnicos do Tribunal de Contas e na sequência, a vontade política de Suas Excelências os conselheiros.

Nós, desamparados. Não tanto, mas menos amparados tecnicamente do que os técnicos do Tribunal de Contas, estamos assistindo essa onda que vem acontecendo, acontecendo, e vai rolando.

Até disse nesses dias numa reunião: "Mais cedo ou mais tarde os Tribunais de Contas do País serão a 'bola da vez' e, não só os Tribunais de Contas dos Estados, mas também aqueles dos municípios como Rio de Janeiro,

São Paulo, que lá, por incrível que pareça, além das Câmaras dos Vereadores têm os Tribunais de Contas Municipais, que agregam aquilo que é menos suportável para um homem público que faz política por vocação e que quer ver o dinheiro públicos tratado com decência.

É claro, que qualquer Prefeitura - Vossa Excelência foi prefeito - é vulnerável a uma auditoria. Porque alguém pode lhe oferecer uma nota lá, na sua Secretaria, que não seja uma nota legal.

Agora, uma diferença é haver irregularidade de um real ou dois reais e outra coisa é ter a intenção de prejudicar o município.

Então os prefeitos estão sempre na mão do Tribunal de Contas.

Vossa Excelência tenha certeza disso que ninguém resiste uma auditoria, até porque nem tudo passa na mão do prefeito, do secretário da Saúde, do secretário de Obras Públicas.

Enfim, Vossa Excelência aborda um assunto que devemos enfrentá-lo de frente, porque é nossa a responsabilidade.

Quero cumprimentar Vossa Excelência por dar sequência a esses pronunciamentos. Porque como disse Vossa Excelência: "Nós estamos aqui eleitos pelo povo e a nossa história é feita por nós mesmos."

Então, quem se calar, quem fizer de conta que não está vendo o que está acontecendo, poderá sofrer, no mínimo, uma insônia no futuro.

Muito obrigado.

#### **O Sr. Divanir Braz Palma**

Nobre deputado Ribas Carli, quero dizer que, Vossa Excelência apresentou um requerimento pedindo a assinatura nossa, para a criação dessa comissão. Fomos um dos primeiros a apor nossa assinatura.

Comungo com a sua preocupação desse meio silêncio que está ocorrendo e só hoje podemos dizer que a imprensa está fazendo um trabalho de lembrar esse terrível acontecimento, esse episódio que enlameou a vida pública de Maringá. Nós, como deputados de lá, temos essa obrigação de acompanharmos e exigirmos que se chegue a um final, aonde os culpados devem devolver o dinheiro que retiraram dos cofres públicos de Maringá, da Prefeitura e, também, pagar por isso.

Temos certeza que Vossa Excelência não está sozinho. Vamos cerrar fileiras também, e mesmo sendo deputado de Maringá nossa responsabilidade aumenta e muito, porque não queremos jogar nada embaixo do tapete.

Estranhamos também que o Tribunal de Contas que aprovou as contas de Maringá, foi agora numa nova auditoria e encontrou lá, cinquenta e poucos milhões de reais de rombo, nos cofres públicos.

É preocupante este comportamento do Tribunal de Contas. Acredito que o Presidente já deveria ter se antecipado e vindo aqui, com os seus técnicos, na Assembléia explicar o porquê desses desencontros, uma vez que as

contas foram aprovadas e depois voltaram lá e encontraram este rombo. O que é que aconteceu, qual é a foram, qual a sistemática utilizada para se aprovar as contas e depois não aprovar? O Tribunal é de Contas ou o Tribunal é de “faz de contas”?

E nós, como responsáveis pela criação deste Tribunal de Contas, pela nomeação destes homens que são os conselheiros do Tribunal de Contas, temos o direito de exigir que membros do Tribunal venham aqui mostrar aos deputados como é que pode acontecer isto. Porque, este comportamento, este método, é no mínimo um método “furado”, que coloca em dúvida todas as aprovações que o Tribunal de Contas do Paraná faz com todas as Prefeitura do Estado do Paraná.

Quero ficar ao lado de Vossa Excelência e vamos fazer com que esta comissão traga aqui na Assembléia, responsáveis pelo Tribunal de Contas, para esclarecer de uma vez por todas o que é que está acontecendo.

Muito obrigado.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Concedo aparte ao nobre deputado Marcos Isfer.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Solicitaria ao nobre deputado para que concluísse seu pronunciamento, por favor.

**O Sr. Ricardo Chab**

Deputado, um aparte, por favor.

**O Sr. Ricardo Maia**

Solicito um aparte, deputado.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Vejam, o presidente me coloca para fazer a conclusão do pronunciamento.

Eu queria aqui, ao concluir minhas palavras, dizer que estamos assistindo a suspeição...

**O Sr. Ricardo Maia**

Presidente, pela importância do assunto, concede um tempinho a mais.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Só se o presidente me conceder, porque é ele quem determina o período que devo exceder.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Vamos conceder dois minutos, para que proceda o encerramento do seu pronunciamento.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Vejam só, eu gostaria que os senhores deputados usassem da tribuna, também, porque quero concluir minhas palavras.

Querida dizer aos senhores, repetir, não é só minha. E está parecendo que a briga é só minha. A briga não é

minha. Não fui eu quem disse que havia membros do Tribunal de Contas envolvidos em desvio de recursos lá em Maringá.

**O Sr. Sérgio Spada**

Eu gostaria de franquear o Horário da Liderança do PSDB para Vossa Excelência se é que faz questão de fazer uso. Considero muito importante este debate.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Aceito, agradeço e de imediato concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Senhores deputados, não é concedido, em entendimento que houve na Executiva e é regimental, o deputado que está na Tribuna usando do Horário de Liderança, não é permitido que outro Partido lhe ceda.

Solicito ao deputado Sérgio Spada que ocupe a tribuna, depois, na hora destinada ao Horário das Lideranças, que ocupe seu espaço e conceda aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Desculpe, eu não conhecia o acordo que foi feito.

Mas, vejam só, para concluir, nós não podemos continuar a ter um órgão como o Tribunal de Contas do Estado, que é um órgão cinquentenário, como já afirmei, um órgão que eu reconheço de capacidade, continuar em suspeição. E quem levantou esta suspeição foram as denúncias feitas a respeito de que haveria membros do Tribunal, indicando o senhor Paolicchi.

Eu considero fundamental a averiguação destes fatos, para que sejam punidos os culpados, porque não se pode ficar, a instituição, com a pecha do envolvimento, porque está aqui estampado: “O Tribunal de Contas indicou”.

Agora, nós precisamos saber se foi o Tribunal de Contas. O prefeito Jairo Gianotto, já diz, numa entrevista, no sábado no mesmo Diário de Maringá, “não, veja só, não foi propriamente uma indicação, foi uma recomendação”. Vejam os senhores.

Para concluir, quero dizer aos senhores para que possamos preservar a Instituição Tribunal de Contas, é de suma importância que nós façamos os esclarecimentos que a população do Paraná está esperando.

Muito obrigado.

**O SR. RICARDO MAIA (Questão de Ordem)**

Como foi citada a minha cidade, a cidade que eu represento aqui nesta Casa de Leis, Maringá, queremos dizer ao deputado Fernando Ribas Carli que nós apoiamos. Apoiamos, como naquele dia aprovamos favoravelmente. Eu acho que não temos nada a temer. Temos, na cidade de Maringá, o envolvimento ou não de membros do Tribunal de Contas e caberá a esta comissão investigar, analisar. E uma coisa de suma importância que o

deputado Divanir Braz Palma falou: não se discutirão só as contas de Maringá, mas teremos que voltar a todas aquelas contas que foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. O que não pode aqui é ter só a cidade de Maringá envolvida.

Então, eu como deputado estadual, deputado Fernando Ribas Carli, apoio totalmente essa comissão e estaremos juntos acompanhando.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)

Só para lembrar ao deputado Ricardo Maia que a questão de Ordem não procede, mas é uma questão pessoal sua.

No Horário do Grande Expediente o deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Volto à tribuna para falar a respeito do problema maior que o Estado está vivendo, neste momento, que é o problema da privatização da Copel.

Outro dia, uma figura de expressão do governo disse o seguinte: queiram ou não queiram, a Copel será privatizada. Senhores deputados, os “funkeiros” da privatização estão: tá dominado, tá tudo dominado. Parece-me que essa é uma posição extremamente leviana de quem se comporta desta maneira. Eu sinto aqui ecoando nesta Casa as manifestações contrárias que vêm de todo o Paraná, com relação à privatização da Copel.

Mas, neste momento, senhores deputados, em que até o próprio presidente da República descobre alguns trombones na orquestra, eu também descobri que nessa orquestra tem um surdo e esse surdo é o ocupante do Palácio Iguaçu. Não sei como que um governador do Estado não consegue ouvir tudo aquilo que vem de todas as partes deste Estado do Paraná.

Não quer ouvir. Mas, eu entendo e compreendo tudo isso, é desta maneira que age a classe dominante: primeiro, para se constituir o patrimônio público se faz um apelo em nome do estado para que todos dêem a sua contribuição para se fazer o patrimônio público, nesse caso a Copel. Depois quando o povo deu a sua contribuição, eles aparecem com essa conversa de sempre, porque aí você tem que demonstrar o patrimônio público e passar para o compadrio político ou de classe nacional, ou internacional, esse compadrio.

E para cumprir, senhor presidente esse objetivo, nada melhor do que você colocar na presidência de uma estatal como a Copel alguém como o senhor Ingo Hubert. O que faz ele lá? Ele age de maneira sem nenhum pudor, no meu entendimento, porque ele está lá dentro do organismo estatal como uma infecção para destruir o patrimônio público por dentro. Vai lá, invade. É um cavalo-de-tróia infeccioso. O presidente da Copel não age como penicilina, ele age como bactéria dentro do corpo estatal.

Olha, eu vi aqui outro dia o meu caro amigo líder que foi o governo durante tantos anos, senhor Valdir Rossoni, defendendo o governo, mais uma vez. Aliás o que ele fez com sucesso durante todos estes anos. Agora, eu gostaria de ver, por exemplo, alguém como líder, ex-líder do governo, que pudesse pegar a sua empresa e ter um comportamento parecido com este que está lá na presidência da Copel, esperando daqui a pouco ser um dos executivos da Copel privatizada, eu gostaria de ver um presidente de uma empresa particular, privada, que agisse como está agindo o presidente da Copel. O que diz ele? A Copel precisa ser vendida imediatamente, porque se não vamos perder dinheiro - esta Copel não vai ter amanhã condições de competir no mercado.

Senhor presidente, nós estamos vivendo um período de vacas loucas, mas não haja desta maneira. Como pode um presidente depreciar a sua companhia para convencer quem quer que seja a comprá-la? Imagine algum dos senhores deputados, por exemplo, que quisesse vender o seu carro particular e falar - este carro está com o motor fundido, não presta, consome dez litros de gasolina para fazer um quilômetro.

Ninguém age desta maneira. O presidente da Copel diz que a Copel está em frangalhos, da maneira que ele age. Não vai ter competição amanhã, como também falou o vice-líder do governo aqui, o eminente deputado Ademar Traiano. Mas são advindos agora? Já estão descobrindo que a Copel no dia de amanhã não vai dar lucro? Traiano, eu quero jogar na mega-sena daqui uns dias, me fala uma aposta, por favor, quero ganhar. Porque sabem aquilo que vai acontecer. Olha, o profeta do fato acontecido muitas vezes está por aí. Quero prever mesmo aquilo que não pode ser neste momento avaliado desta maneira.

É um fracasso só, a privatização do setor elétrico. Aliás, eu me lembro nos canais de televisão a propaganda do governo - vale a pena privatizar a Vale - não valeu a pena, não valeu. Torraram o patrimônio que foi jogado ali pelo povo brasileiro. Não aconteceu nada. Estão vendendo tudo. A Telebrás foi desmontada. Aqui no Paraná todos nós sabemos aquilo que está acontecendo.

Outro dia a Copel, que é pública, foi correndo não sei onde, socorreu os consumidores numa hora em que houve necessidade de chegar lá com a energia elétrica. estivesse a Copel na mão dos particulares esta ação não teria sido desencadeada pela sua diretoria.

Agora, eu volto a dizer, como é que pode, senhor presidente, alguém comandar a Copel e ficar fazendo um procedimento para desmerecer o patrimônio da Companhia todos os dias, todos os dias? Como é que a Copel não vai ter condições no amanhã de competir com estas que virão aqui vender a energia para nós? Quem é que tem neste País, energia elétrica mais barata do que aquela que nós temos aqui dentro da Copel?

Nós somos políticos, vamos falar claramente - o Estado está numa situação de penúria financeira. Como é que se pode resolver este problema? Vendendo alguma

coisa. Então, em nome de acertar contas eventuais do governo do Estado, o que se faz? Vamos torrar o patrimônio público e amanhã todos esquecerão. Não. Ficarão marcados na página da história, como aqueles que não tiveram ouvidos, para aquilo que vem de todos os cantos, deputado, pode até defender e eu respeito. Não estou aqui ofendendo ninguém. Cada um tem sua posição, a nossa é essa. Defender a pulverização da Copel, nos exemplos que estamos vendo no País todo, para dizer que os deputados ou quem quer que seja - os prefeitos - terão recursos para investir em obras que significam nada nos municípios. Já fui prefeito por três vezes e sei como funciona isso. Ninguém voltará a essa Casa, voltando as costas, para o povo, a troco da destruição da Copel. Ah, 70% irão para a Previdência! Tudo bem! Mas o correspondente, então, vai ficar aqui. Acho que é uma posição de insanidade, um açodamento, se fazer a privatização da Copel, nesse momento.

Gostaria, senhor presidente, que esta Casa não se fizesse surda, como está se fazendo o governador - que ouvisse aquilo que está acontecendo em todos os cantos. Se levantam as organizações da sociedade: os agricultores, os engenheiros, os médicos. Todas as associações comerciais, em todos os cantos se levantam a voz, em uníssono, para que se faça um estudo criterioso, aprofundado, sério, democrático, a respeito da posição da Copel, nesse momento.

#### O Sr. Nereu Moura

Permite-me um Aparte?

(Assentimento)

Deputado Waldyr Pugliesi, Vossa Excelência volta a abordar um assunto de grande relevância, para o Paraná. Há um sobressalto, hoje, no nosso Estado diante das notícias, que todos os dias o governo emite, sinalizando com a rápida queima de mais esse ativo que possuímos, um dos últimos, que é a Copel.

Há a informação de que o secretário da Fazenda e presidente da Copel Ingo Hubert, já patrocinou 30 almoços, para empresários, para setores da sociedade, para mostrar-lhes a necessidade de vender a Copel - para jornalistas, para a mídia do Paraná. Esses almoços têm o objetivo - essas reuniões festivas, patrocinadas evidentemente pelos cofres públicos, que estão escassos, com o governo que não consegue ter a mínima condição de funcionamento da máquina pública - de convencer a população do Paraná, para esse ato trágico, que é a venda da Copel.

Vossa Excelência falou que a ação predatória do governo Jaime Lerner era de uma ânsia, que não se tem conhecimento, de se desfazer daquilo que o povo do Paraná levou anos para construir.

A população está vivendo um momento de grande expectativa, porque o povo do Paraná não quer a venda da Copel.

Todos os finais de semana, quando nos deslocamos para o interior do Estado, na conversa que mantemos com

a população de todos os segmentos da sociedade, é uma voz só: não deixem o Lerner vender a Copel.

Por isso, deputado Waldyr Pugliesi, Vossa Excelência com tanta sabedoria e conhecimento, que já é calejado na vida pública, traz aqui a sua preocupação, em nome da Oposição, de que esta Casa não pode permitir, em hipótese alguma, que o governador Jaime Lerner se desfaça da Copel, porque ela é fundamental no nosso desenvolvimento e na nossa economia e para o povo do Paraná.

Precisamos abrir a cabeça das pessoas, que ainda não conseguiram entender. É como se fosse jogar uma semente na terra - abrir e colocar essa semente, a semente do bem a semente do Paraná, na defesa desse Estado, que nos elegeu para ser seu representante aqui nesta Casa, para defendê-lo, para representar o povo; e para defender e representar o povo nesse instante nada melhor do que defender a Copel das mãos do governo.

Assim, sendo, quero parabenizar Vossa Excelência pela reflexão que faz e esse chamamento para que a Assembléia Legislativa não se curve diante desse pensamento trágico que é a idéia de vender a Copel para tapar buraco de caixa, porque outra explicação não possuem.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Nereu Moura, agradeço a intervenção de Vossa Excelência dentro do meu pronunciamento e gostaria até de rememorar aqui um fato: quando o governo do Estado pretendia fazer um conselho de privatização da Copel lá no Palácio, tiveram a idéia de convidar o ex-governador Ney Braga para presidir esse conjunto de pessoas que faria o encaminhamento para a privatização. Desta tribuna chamei atenção, na época, dos familiares e dos amigos do ex-governador, um dos construtores da Copel, para que não o obrigassem a manchar a sua biografia sendo um dos coveiros da Copel. O ex-governador não foi indicado para esse conselho do desmonte.

Agora, aqui, a bola está com a Assembléia, por mais que se levante a insatisfação de todo mundo contra a venda da Copel, um simples entendimento aqui nesta Casa poderá pôr cobro a isso que se pretende.

Olha, queimar, como Vossa Excelência falou, um ativo como o da Copel, avaliado por todos como a melhor companhia de todo o Brasil, para ficar fazendo caixa porque o ano que vem nós vamos ter eleições. Mas quais as razões que levaram o Paraná a essa situação? Quem são os responsáveis por essa situação calamitosa das finanças públicas? Gastaram mal, gastaram muito, onde gastaram, por que gastaram? Não se gaste mais desse jeito.

O Covas acabou acertando a situação no Estado de São Paulo. Aqui é preciso, por exemplo, que aquelas que se aproximam das teses da Oposição não se sintam com receio de nada, porque atrás deles vem o apoio popular, a compreensão lá na rua, no bairro, no quarteirão, que é obrigação dessa Assembléia impedir a venda da Copel. E esses argumento que usam que a Copel não vai conseguir amanhã financiamento para os novos investimentos que

necessita. Isso é falacioso, é mentiroso, isso aí não tem base nenhuma naquilo que existir de concreto dentro do Brasil, não é verdade.

Outra coisa, o governo Fernando Henrique através do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional não está permitindo que o governo federal dê avais a companhias estatais. Ora, Fernando Henrique o seu tempo, como o tempo de todos nós, chegará. O seu governo é um governo que está ladeira abaixo.

Espero que toda a sociedade tenha um programa comum levando em conta os mais altos interesses dessa Nação, e a partir de 2003 tenhamos no Palácio Presidencial alguém que não se esqueça daquilo que falou, alguém que não se esqueça daquilo que se comprometeu a fazer! Me lembro do desmonte do patrimônio público nacional. Qual era a argumentação? Vai sobrar dinheiro para a Segurança, e não sobrou! Vai sobrar dinheiro para o social. Onde está este dinheiro que não apareceu até agora?

Agora, na ala onde vai ser jogado pelo eleitor nacional o governo está desesperado e vem com uma mega-operação dizendo que vão aplicar não sei quantos bilhões de reais, para fazer o quê? Para tentar colocar lá um novo neoliberal, um novo neo-entreguista, alguém com as mesmas opiniões desses que fracassaram!

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Vossa Excelência permite um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Waldyr quero cumprimentá-lo porque tenho certeza que, de hoje em diante, todos os dias, não só Vossa Excelência mas todos os parlamentares aqui desta Casa devam ocupar a tribuna para discutirmos, em profundidade, a privatização da Copel.

Eu, por força de estar na liderança dos Oposições até a semana passada, acabei por participar de reuniões com diversas entidades do Estado do Paraná, participando também do seminário que foi realizado pelo IDEC, na última 5ª e 6ª feira, aqui em Curitiba. Em todos os lugares por onde tenho andado e tenho ouvido pessoas do Paraná e de fora do Paraná, aquilo que tenho lido em revistas de circulação nacional, como, por exemplo a revista República que trouxe, na semana passada, uma matéria de capa, falando da privatização das companhias de energia do Brasil, em todas elas eu tenho visto, tenho lido, manifestações das autoridades mais qualificadas deste País, no ramo energético, que as privatizações que já aconteceram não deram certo no Brasil.

Na semana passada, quando fui a esse seminário do IDEC e lá estava o professor Luiz Pinguelli Neto, da Universidade do Rio de Janeiro, ele afirmou, com todas as letras, que a privatização no Rio de Janeiro não trouxe os benefícios que a população desejava e que foram prometidos à população.

Disse mais ele e os professores Joaquim Carvalho e Tomalsquim que também estavam lá falando, que no Rio de Janeiro ocorreram os maiores aumentos na tarifa

de energia, após a privatização. Que nenhuma das empresas que foram, privatizadas, que nenhuma daquelas empresas de capital estrangeiro, que vieram aqui adquirir as companhias de energia, que em nenhuma delas investimentos aconteceram para aumentar, para ampliar a geração, a transmissão e a distribuição de energia.

Então nós temos visto isso, todos os dias, e temos visto aqui, enquanto deputados estaduais, que a maioria das entidades organizadas, nesse Estado, estão se posicionando contrários à privatização, porque entenderam que a Copel não é só a questão da energia elétrica, a Copel hoje é a questão do gás, é a questão da informática, das telecomunicações. A Copel é a questão social, é a questão tecnológica, representada por este corpo de engenheiros, de técnicos que possui a Copel e que são pessoas que, ao longo do tempo, foram forjadas no trabalho e na dedicação da sua vida à Copel, no Paraná, e que hoje são pessoas que estão à disposição deste Estado e são pessoas que nos dizem que a questão da Copel não é apenas a energia, mas o rio que tem lá a sua água, que pode ser utilizada no abastecimento, na irrigação, como uma hidrovía, que pode ser utilizada para projetos de piscicultura, de outros tipos de fauna, até mesmo da flora que estiverem às margens deste rio.

Então, é uma questão que interessa a todos nós discutir!

Disseram também que nos Estado Unidos, onde realmente prospera o neoliberalismo e tudo mais, que lá os 90 mil megawatts produzidos de energia a partir de usinas hidrelétricas, tudo está na mão do poder público, é o governo federal que detém o domínio das usinas hidrelétricas. É bem verdade, que lá cerca de 900 mil megawatts produzidos a partir de termoeletricas estão na mão da iniciativa privada, diferente do que está acontecendo aqui no Brasil, quer dizer, eles trazem essa receita para o Brasil, mas lá eles fazem diferente, lá a hidrelétrica está na mão do poder público, a termoeletrica está na mão da iniciativa privada, aqui no Brasil é diferente, eles estão passando a hidroeletrica para a mão da iniciativa privada e as termoeletricas que estão sendo construídas no Brasil, só estão sendo construídas porque a Petrobrás que é uma estatal federal, está construindo estas termoeletricas. E é bom que a gente também faça análise sob o seguinte prisma, deputado Waldyr Pugliesi, estão a comentar que precisa vender a Copel por um problema de caixa e que este dinheiro iria para o Fundo da Previdência.

Todos nós sabemos que o governo do Estado já antecipou os royalties que teria direito a receber de Itaipu, até 2023. Existem duas versões duas versões, uma de que teria recebido um bilhão e 600, e outra de 1 bilhão e 500, no final do ano passado, totalizando qualquer coisa ao redor de 3 bilhões de reais, então de certa forma o Fundo de Previdência já estaria capitalizado, porque quando votamos o fundo de previdência aqui foi dito que precisaríamos de 3 bilhões de reais, para que aplicado no mercado financeiro a 2% ao mês, rendesse 60 milhões que somados aos 35 milhões que se arrecada dos pensio-

nistas e aposentados, a título de contribuição, chegaríamos aos 95 milhões que precisamos para pagar a folha de aposentados e pensionistas do Estado.

Também temos que analisar que quando esse governo assumiu o Estado do Paraná, era dono de 72% do patrimônio da Copel, hoje é dono de apenas 31%, significa que já vendeu 41% da Copel ao longo deste tempo, e para onde foi o dinheiro?

Acho que antes de vendermos a Copel, tínhamos que fazer uma auditoria neste governo para saber realmente o que foi feito e o que não foi feito com o dinheiro que se arrecadou e porque desse endividamento que o Estado tem.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Pessuti, agradeço o aparte que enriquece o meu pronunciamento.

Gostaria de dizer o seguinte: esta história do povo fazer a Copel, depois vem o governo e vende e aí para a frente talvez aconteça aquilo que aconteceu na Califórnia, porque lá eles fizeram a desregulamentação, e agora, como os particulares, mesmo lá na matriz, estou falando dos Estados Unidos, não é da filial aqui não o Brasil, estou falando da Califórnia, o que aconteceu lá? Veja bem, o ativo levantado que vale 3 bilhões e 800 milhões de dólares, já está entrando o governo, e portanto o povo de lá paga 7 para aqueles que fracassaram.

Veja bem, valia 5, compraram por 2 e meio, agora vale 3 e 800, vão pagar 7, e volta a fazer esse jogo da classe dominante, sempre, sempre, sempre.

Nós precisávamos senhor presidente, tomar uma medida para que essa discussão não fosse superficial. É preciso que ao lado desse nutrido “rega-bofe” que o governo faz, estão dizendo que vão partir agora para o 31º “rega-bofe”, que é a tentativa de convencer aqueles que formam a opinião pública a voltarem as costas ao povo e ficar com aqueles funkeiros do “está dominado, está tudo dominado”.

Essa Assembléia Legislativa senhor presidente, precisa tomar uma posição neste momento, visa a séculos pela grandeza daquilo que ela possa fazer. Numa hora que se pode plantar araucárias estamos caminhando para plantar meia dúzia de pés de alface que desaparecerão, no dia de amanhã.

Acima de tudo senhores deputados, o Paraná, seja lá qual for o ocupante do Palácio Iguaçu, não quero saber se amanhã estará lá o companheiro do PT ou o meu candidato Roberto Requião ou quem quer que seja. A posição em alguns casos tem que ser a de sempre, tem coisas das quais não se pode abrir mão e a independência dos homens e das mulheres desse Estado não pode ficar na mão daqueles Ingo Hubert, que fez uma maratona para ver se amanhã ele consegue um cargo muito bem remunerado numa empresa particular.

Abomino este tipo de comportamento está muito claro para todo o Paraná, aquilo que pretende fazer.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós consultamos Vossa Excelência se quer usar o horário da Liderança da Oposição.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, já me estendi durante muito tempo na tribuna. Agradeço a atenção que dedicaram ao meu pronunciamento.

Mas, como líder da Oposição eventual que tem obrigação de ser interprete daquilo que vai dentro da Bancada conclamo que esta discussão política seja enriquecida por todos os Partidos que aqueles que querem fazer o desmonte da Copel, que venham à tribuna, argumentem. Se bem que esses argumentos do futuro diretor-executivo fracassado nessa tentativa de agora, de fazê-lo ministro das Minas e Energia, parece-me aquilo até que alguém já falou: Estaria o governador Lerner profundamente arrependido de tê-lo trazido para as finanças? Estaria com saudades do Gionédís? A sua ida para um cargo federal seria um desmonte, não parecido com esse da Copel mas seria uma ação de se livrar da carga pesada que esse governo tem.

Quem não tem sensibilidade política não pode governar. Aquele que não sente o calor da rua, aquele que não sente os dramas que prepassam por toda a sociedade brasileira, não pode tomar conta do dinheiro numa hora dessa. Não pode ficar com as rédias na mão, para impor o caminho a nós, que não queremos trilhar.

Ninguém quer trilhar e majoritariamente o Paraná já falou esse caminho do desmonte, do patrimônio público nesse momento, no caso da Copel.

Depois da Copel o que é que vai faltar?

Será que o governador já tem um grupo também para vender o rio Iguaçu? Não sei nós estamos vendendo tudo...

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças.

PL, com a palavra o deputado Antonio Baratter.

#### O SR. BARATTER

Senhor presidente Élio Rusch, senhora e senhores deputados, longe de mim contrapor as palavras do deputado líder das Oposições Waldyr Pugliesi.

Na verdade o deputado Waldyr Pugliesi para mim é mais que um nome, é uma legenda, não só pelo seu passado na política, mas em função daquilo que ele defende com a ética e com o destemor.

Isso aliás, engrandece a todos nós.

Solicitado que fui, tanto pelo deputado Pugliesi quanto pelo deputado Pessuti, para que nós pudéssemos adentrar numa discussão a respeito da privatização da Copel, eu faço uso, neste momento, senhor presidente para fazer algumas considerações, que acredito poderão contribuir com o debate.

(Lê): “O mundo europeu pós 2ª Guerra Mundial que dividiu-se do Leste Europeu, iniciou um processo de investimento nas necessidades básicas do cidadão. Nas décadas de 60/70, a Europa ficou conhecida como o ‘o bem-estar social do indivíduo’. O Estado a tudo assistia. Como nada é permanente, no final da década de 70 surgem dificuldades para o Estado continuar atendendo o cidadão em todas as suas necessidades. Longas discussões se processaram para buscar alternativas. A Inglaterra deu início a este debate e chegaram à conclusão de que o Estado até então concedido, tinha que tomar novos rumos. Esta discussão no leste europeu não tinha ouvidos: lá o Estado gerenciava outra concepção de sua infraestrutura.

Do lado de cá do muro de Berlim iniciou-se o processo de privatização e uma grande discussão sobre o papel do Estado. Dá-se início também à desideologização do Estado. Surge a terceira via no debate sociológico das nações. País após País começaram a privatizar.

Ficamos distante deste debate, pois vivíamos sob a égide de um governo fechado. Com a abertura e eleições diretas para presidente, começamos a respirar outros ares.

Mesmo atrasados, no final da década de 80, as discussões sobre privatizações se iniciaram.

No leste europeu, aconteceu o pior. Era proibido falar sobre isto, mesmo que Gorbachov representava uma ruptura com a ideologia leninista.

O que vemos hoje, é uma nação dividida em novos Estados, o Estado quase falido, os cidadãos sem assistência mínima e a sociedade internacional não tem interesse nas privatizações que querem fazer, pois as empresas estão sucateadas. Perderam valor por o Estado não ter capacidade de investimentos.

O Brasil caminha a passos largos para não perder o bonde da história. Talvez a história que melhor poderíamos nos espelhar neste momento, é o que está acontecendo na China. E lá ainda não querem falar em ceder ao capitalismo enquanto idéia, mas na prática a grana é bem-vinda.

Digo isto para sustentar que podemos argumentar contra ou a favor da privatização com argumentos históricos, políticos, ideológicos, emocionais e econômicos.

Hoje, o governo federal adotou processo de que é necessário privatizar. E elas estão acontecendo em todos os Estados do Brasil. Aqui no Paraná também.

A primeira grande privatização da energia elétrica deu-se em São Paulo, onde o governador Mário Covas era contra. Rendeu-se à dura realidade.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a busca de informação para que os Estados que já privatizaram, não enriquece o debate, pois não se privatiza porque alguém já privatizou. Se privatiza porque é um projeto nacional e quem mais resiste está sujeito a ter mais prejuízos.

O muro de Berlim não caiu porque alguns quiseram derrubá-lo. Ele não resistiu a implacável lógico da história, que não pode distanciar a política da economia.

O Brasil não está privatizado porque alguém tem vontade. Ou se privatiza para gerar capacidade de investimento e dar alternativas ao consumidor ou então vamos ficar do outro lado do muro e nos arrependeremos mais tarde.

Tenho em mãos, senhor presidente, um livro do meu ex-Partido, pelo qual tenho grande respeito, o PSDB. O presidente Fernando Henrique Cardoso, quando esteve em Florença, fazendo uma análise do que queria para o Brasil, disse que o mais importante são as privatizações. E, aqui, ele traz uma enorme argumentação, de que até o ano 2004 todas as empresas de energia elétrica estarão privatizadas. Não por uma vontade, mas por um processo de desregulamentação dessas estatais.

Busquei no Estatuto, Programa e Código de Ética do PMDB e lá, sobre as privatizações pouco fala, tem um artigo que diz o seguinte: ‘Do Estado dependem todos os monopólios inclusive o da propriedade privada, as três são essenciais para uma noção realmente soberana, e corresponde, a grosso modo, as definições acima, poderão ser flexibilizados através de concessões (pendentes) e uma discussão futura.’

Ora, senhor presidente, segundo o Conselho Nacional de Desestatização até o final de 2002, mais empresas serão privatizadas.

Esse é um projeto do governo federal que tem o apoio fundamental, total e absoluto do PTB, do PSDB, do PL, do PFL, do PMDB e de outros Partidos.

Não estamos dando sustentação ao governo do Paraná nesta privatização; estamos tendo a compreensão do conjunto das políticas do governo federal no que diz respeito às privatizações, e o Paraná, por consequência, está inserido”.

Concedo um aparte do deputado Beraldin.

### O Sr. Beraldin

Deputado Baratter, a Light, empresa de energia elétrica do Rio de Janeiro, não é a Copel do Paraná. A Light distribui como outras já privatizadas a energia, nós produzimos energia. Produzimos 38% da energia do Brasil. E o governo do Paraná, junto com a Copel fez Segredo, fez Caxias, e contou com a riqueza dos nossos rios. Portanto, nós somos diferentes das outras empresas privatizadas no País na área de energia.

Então, de outro lado, dizer que o governo federal não pode emprestar dinheiro para a Copel. A Copel não precisa de empréstimo nem do governo federal, nem da União e muito menos do governo do Estado. Ao contrário, a Copel sempre ajudou a alavancar recursos, ajudou, colaborou na execução de obras para o governo do Estado do Paraná.

Então, essa é a diferença da nossa discussão, essa é a diferença que eu quero deixar bem clara em relação à privatização do governo federal.

Muito obrigado!

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Agradeço o aparte.

E na minha opinião, a grande diferença é um projeto do governo federal que em 2004 toda a energia elétrica deste País estará privatizada. Até parecer, pelos discursos competentes da Oposição, que só aqui no Paraná é que estamos privatizando a energia elétrica.

Vinte e três Estados já privatizaram, 12 do PSDB; 08 de PMDB; 02 do PFL, até parece um contra-senso, e 01 do PT. Isso não é ideológico, na minha opinião é uma condição de mercado, até podemos discordar, mas não podemos desconhecer. O governo federal que tem o apoio dos partidos que aqui já mencionei, busca através da desregulamentação do setor energético, com prazo final para 2004, acabar com os monopólios. O consumidor vai poder escolher de qual empresa ele vai querer energia.

Há dois anos atrás, nós, no imposto de renda, declarávamos uma linha telefônica que custava 03 mil reais. Hoje, você compra esse aparelho por 25 reais. Quem tiver o menor preço e a menor tarifa, levará vantagem, e o consumidor sairá ganhando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Liderança do PSC.

(**Declina**)

PST, com a palavra o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores, mudando um pouco de assunto eu quero me ater a um projeto de lei de autoria deste deputado, de número 592/99, que autoriza o Poder Executivo a instituir a obrigatoriedade de adaptação dos hotéis do Estado do Paraná para atender às necessidades dos deficientes físicos e dá outras providências.

Não careceria a nossa presença na tribuna para solicitar aos senhores deputados apoio a este projeto. Claro que não, porque eu tenho certeza que os nobres pares, todos, têm consciência, têm sensibilidade suficiente para entender que este projeto já veio atrasado, uma vez que hoje nós deparamos com uma outra realidade. A modernidade trouxe para a sociedade brasileira uma nova realidade com relação às pessoas. Nós sabemos que os veículos que trafegam nas nossas rodovias a cada dia aumentam de uma forma assustadora trazendo e formando vítimas e mais pessoas paraplégicas, mais pessoas com deficiência física, estão sendo mutiladas, pessoas normais estão sendo mutiladas e levadas à cadeira de rodas.

E este projeto, senhores deputados, tem por objetivo exigir que os hotéis façam adequação em cinco por cento do total de quartos para que as pessoas portadoras de deficiência física, possam se locomover livremente e não precisem de auxílio para poder entrar no seu quarto,

para poder entrar no banheiro, para poder fazer suas necessidades, enfim, se cuidar, independente de ajudar de quem quer que seja. É um projeto simples mas de um alcance humanitário fantástico, de uma implantação muito fácil e barata. Temos aqui engenheiros, construtores, sabem muito bem que é só abrir um pouco mais a porta da entrada do quarto, do banheiro, é só colocar dois suportes nos banheiros que o deficiente na cadeira de rodas pode entrar, fazer sua higiene pessoal, com total independência, sem precisar que alguém vá lá e faça todo aquele trabalho que deixa o deficiente em constrangimento.

Então, senhores deputados, lá em Maringá, quando vereador, aprovamos esta lei, já está vigorando em Maringá e agora queremos estender a nível estadual. É preciso que nós contemplemos o nosso ordenamento jurídico com leis modernas para facilitar a vida da nossa sociedade que se moderniza, mas ao mesmo tempo paga caro por estar vivendo estes tempos modernos.

Agradeço aos senhores deputados e vamos pedir a aprovação deste projeto.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PSL. Deputado Luiz Carlos Martins.

LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, senhores deputados. Quem é cristão aqui sabe que diante de uma dúvida qual caminho a seguir, ele vai direto à Bíblia e lá procura e encontra o caminho.

Nós, os parlamentares, nos socorremos do quê, na nossa função de legislar? Nos socorremos da Constituição do Estado e nos socorremos no Regimento Interno. Infelizmente alguns companheiros deputados só descobrem as suas prerrogativas após deixar esta Casa, como diz o deputado Alborghetti, após perder a carteirinha.

Em relação ao Tribunal de Contas, artigo 75 da Constituição do Estado: “O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido, com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete”. Aqui vêm elencadas todas as atribuições do Tribunal de Contas: “Apreciar as contas prestadas anualmente, pelo governador do Estado, mediante parecer prévio.” Enfim, e vai, e vai... “Realizar por iniciativa própria da Assembleia, de Comissão Técnica ou de Inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Legislativo, Executivo e Judiciário.”

Mais, na sequência, aqui: “Prestar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e inspeções realizadas.” Mais adiante, o seguinte: “No caso de contrato, o ato de sustação será dotado diretamente pela Assembleia Legislativa, que solicitará de imediato ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Se a Assembleia Legislativa ou o Poder Execu-



tivo, no prazo de 90 dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito". O parágrafo diz: "O Tribunal encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral ou anualmente, relatório de suas atividades e, desse, todos os parlamentares terão conhecimento." O artigo 76 diz o seguinte: "A Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade responsável, que no prazo de 05 dias, preste os esclarecimentos necessários. Não prestados os esclarecimentos ou considerados esses insuficientes, a Comissão de Fiscalização da Assembléia solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 30 dias."

Então, as funções do Tribunal de Contas estão bem claras, aqui, na Constituição do Estado do Paraná. E existe aqui, na Assembléia, uma comissão a que o Tribunal de Contas tem que prestar contas, que é a Comissão de Fiscalização da Assembléia, da qual com muito orgulho, ocupo a Presidência, por indicação dos companheiros.

Vamos a partir de agora - não queremos o confronto com o Tribunal de Contas, porque já ouvi essa advertência, aqui na Casa: "Olha, não é bom o confronto com o Tribunal de Contas." Mas ninguém está confrontando o Tribunal de Contas aqui, o que queremos é uma parceria com o Tribunal de Contas, é uma parceria de mão dupla. Essa parceria está existindo? Não estaria na hora de ouvirmos aqui - algum companheiro até fez uma sugestão de ouvirmos o Tribunal de Contas? O deputado Braz Palma parece-me que fez esta sugestão.

Temos todas as prerrogativas aqui e porque não utilizamos dessas prerrogativas que temos? Pelo bem do Paraná, pelo bem da Assembléia Legislativa, pelo bem do Tribunal de Contas, pelo bem do Executivo, do Judiciário. Esta é a nossa função.

Voltaremos, senhor presidente, em outra oportunidade, já que o nosso tempo está encerrado, para falar sobre este assunto, que entendo que é da maior responsabilidade de todos nós, deputados desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PT. PFL. PSDB.

(Declinam)

PTB.

Com a palavra, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Pretendia entrar aqui na discussão da questão da segurança pública que foi abordada inicialmente durante a sessão de hoje, mas em razão do adiantado da hora, vou deixar para a sessão de amanhã.

Mas ocupo a tribuna, senhor presidente, para fazer alguns esclarecimentos a respeito da questão do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB.

Hoje tivemos um encontro na 1ª Secretaria da Assembléia com a presença do presidente nacional do PTB, deputado José Carlos Martinez, deputado federal, Iris Simões, nossos companheiros deputados estaduais que fazem parte aqui nesta Casa, do senhor presidente, do 1º secretário, demais parlamentares, quando discutíamos os próximos passos a serem seguidos pelo nosso Partido Trabalhista Brasileiro. E já nesta reunião de hoje, decidimos que o PTB vai abrir um painel de discussões a respeito do assunto Copel. Já vínhamos reivindicando isso tão logo assumimos a Liderança do Partido, e é necessário que o Partido discuta no interior da sua agremiação com as suas lideranças comunitárias, lideranças municipais, senhores prefeitos, vereadores, com a sua base política, discuta a questão da Copel. Isso é de fundamental importância para que os parlamentares, que compõem a Bancada do PTB nesta Casa, tenham evidentemente a consciência de que forma está votando quando necessário for o seu voto aqui nesta Casa.

Outro assunto também que discutimos, para conhecimento da imprensa e de todos, é de que o PTB vai fazer a sua convenção estadual em meados de abril, quando deveremos oficializar o nome do companheiro deputado Valdir Rossoni à Presidência do diretório estadual do PTB, do deputado Luiz Accorsi na 1ª vice-presidência, indicação também do companheiro Emerson Palmieri na Secretaria Geral do Partido e os demais cargos ainda vamos discutir nos próximos dias também.

Também decidimos que nos dias 30 e 31 de março, sexta-feira e sábado, o PTB vai fazer o seu 1º Encontro deste milênio, em Foz do Iguaçu, quando vai discutir filiações, sucessão estadual, enfim, vai debater uma série de assuntos trazendo também, para alguns painéis a presença de lideranças do PTB, vindas de Brasília e de outros Estados também.

E informar também à Presidência da Mesa que o PTB já indica o deputado Ademar Traiano para fazer parte da Comissão Supra-Partidária que vai investigar, vai acompanhar o desenrolar dos fatos que estão acontecendo na cidade de Maringá.

São essas as explicações a dar à Casa porque o PTB, evidentemente, na hora que for discutir a Copel, certamente virá a esta tribuna, com conhecimento de causa; não precisamos usar aquilo que diz o manual desse ou daquele Partido, o PTB virá com a sua consciência própria para discutir a questão Copel, bem como outros assuntos de fundamental importância, que vão exigir, desta Casa, a participação ativa, firme dos senhores parlamentares.

Senhor presidente, eram os comunicados. Quero aproveitar agora, na condição de presidente da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, convidar os parlamentares que fazem parte da CPI para que, no dia de amanhã, após a Sessão Plenária, a CPI estará reunida, na

Sala das Comissões, em caráter reservado, para uma análise preliminar de um relatório já preparado pelo relator, deputado Ricardo Chab, em que pese todo o seu estado de recuperação física, de saúde, em função que passou por algumas cirurgias, nem por isso deixou de se preocupar com esse relatório que tem prazo para o próximo dia 15.

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Élio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passamos à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Tony Garcia, na qualidade de líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados para compor a Comissão Especial desta Casa, que investigará as irregularidades na Prefeitura de Maringá, no cargos de Titular e Suplente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados para compor a Comissão Especial que irá acompanhar as investigações e a apuração e denúncias de irregularidades na administração do município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade do líder do PSL, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para representar o partido junto aos trabalhos da Comissão Especial de Investigação na prefeitura Municipal de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado, como representante do partido, para participar dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação na Prefeitura de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Algaci Tulio na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para compor a Comissão Suprapartidária que acompanhará o trabalho de investigação das irregularidades ocorridas na Prefeitura de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Hermes Fonseca, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados que irão compor a Comissão Especial que acompanhará as investigações e a apuração de denúncias de irregularidades na administração municipal de Maringá, como titular e suplente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado como representante do partido para compor a Comissão Especial de Investigação da Prefeitura de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de cinco (05) de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 387, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia, da presente sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, apenas para justificar e eu gostaria que essa justificativa servisse como alerta e convite aos deputados que se encontram em plenário para que compareçam, que o item 01, que vamos votar é uma emenda Constitucional que precisa de quórum privilegiado e se nós votarmos e não der o número suficiente de deputados em plenário, vai acabar sendo rejeitado e é de sumo interesse da Assembléia Legislativa, que é a obrigatoriedade da passagem do Duodécimo Orçamentário do Poder Legislativo até o dia 20 de cada mês.

Então, deputado Durval Amaral, não pude conversar com Vossa Excelência, nós estamos pedindo a inversão da Ordem do Dia, justamente para dar tempo de os deputados comparecerem em plenário em número suficiente para votarmos a emenda Constitucional que está no primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### **ITEM 07**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2001, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 07/2001, que autoriza o senhor governador e a senhora vice-governadora ausentarem-se do País com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.

PROJETO DE  
DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Ar. 1º - Ficam autorizados o senhor Jaime Lerner, governador do Estado e a senhora Emilia de Salles Belinati, vice-governadora do Estado, ausentarem-se do País, até o dia 31 de dezembro de 2001, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração, venham ser necessárias viagens com destino a esses países para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - Mercosul.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o *caput* do art. 1º o senhor governador ou a senhora vice-governadora do Estado, comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.03.2001.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, peço que registre o meu voto contrário, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Registrado voto contrário do deputado Nereu Moura.

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2000, de autoria do deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Desportiva Nova Vila - Amdesnovi, com sede e foro neste Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 183, de 11.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LI Nº 424/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Desportiva Nova Vila - Amdesnovi, com sede e foro nesta capital.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Amigos e Colaboradores do Centro Social Urbano Educacional Doutor Walter Fontana, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 179, de 06.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 420/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Amigos e Colaboradores do Centro Social Urbano Educacional doutor Walter Fontana, com sede e foro no município de Toledo, Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupos de Idosos Voltamos a Sorrir de Bom Princípio, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 179, de 06.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 419/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari que declara de Utilidade Pública o Grupo de Idosos Voltamos a Sorrir de Bom Princípio, com sede e foro no município de Toledo.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**ITEM 03**

1ª DICUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/99, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes torna obrigatória nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino, a inclusão nos currículos das disciplinas de quí-

mica e biologia, de aulas sobre a constituição química e efeitos de substâncias que causam dependência física ou psíquica e drogas psicotrópicas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E.C.E. (Publ. no D.A. nº 184, de 01.12.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 628/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Tiago de Amorin Novaes, tem por finalidade “tornar obrigatória nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino, a inclusão nos currículos das disciplinas de química e biologia, de aulas sobre a constituição química e efeito de substância que causam dependência física ou psíquica e drogas psicotrópicas”.

O parecer nº 04/98, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - Brasília, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, menciona que:

O artigo 9º, inciso IV, da LDB assinala ser incumbência da União...“estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum”.

Logo, os currículos e seus conteúdos mínimos (art. 210 da Constituição Federal), propostos pelo MEC (artigo 9º da LDB - Lei de Diretrizes Básicas), terão seu norte estabelecidos através de diretrizes. Estas terão como foro de deliberações a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (artigo 9º, § 1º, alínea ‘c’, da Lei nº 9.131, de 24 novembro de 1995).

É, portanto, atribuição do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais, no nível de sua competência, a proposição de disciplinas como integrantes dos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio, não podendo ser exercida pelos legislativos estaduais ou municipais. Cabe à Câmara de Educação Básica do CNE (Conselho Nacional de Educação) exercer a sua função deliberativa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e a tarefa que lhes compete em termos de implementações curriculares, de acordo com a Constituição Federal e a LDB - Lei de Diretrizes Básicas.

Para orientar as práticas educacionais em nosso país, respeitando as variedades curriculares já existentes em Estados e Municípios, ou em processo de elaboração, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação estabelece os seguintes princípios para o Ensino Fundamental (Parecer 04/98), os quais deverão nortear as ações pedagógicas das escolas para a formação do cidadão:

a) os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;

b) os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da Criatividade e do respeito à Ordem Democrática;

c) os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da Diversidade de manifestações Artísticas e Culturais.

Assim, ao aprender os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum e da parte diversificada, os alunos estarão também constituindo suas identidades como cidadãos em processo, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso Parecer é Contrário a este projeto de lei, ante a sua inconstitucionalidade, ilegalidade e incompetência desta Casa de Leis de legislar sobre a matéria aqui aventada.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 628/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Tiago de Amorin Novaes, torna obrigatória nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino, a inclusão nos currículos das disciplinas de química e biologia, de aulas sobre a constituição química e efeitos de substâncias que causam dependência física ou psíquica e drogas psicotrópicas.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis deu parecer contrário ao projeto. No entanto, tratando-se de tão importante matéria, que trata de prevenção e combate ao uso de drogas - tão disseminado especialmente entre os jovens, somos de Parecer Favorável, remetendo o projeto de lei ao douto Plenário para sobre ele delibere.

Sala das Comissões, em 12.04.2000.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de quorum.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Mesa defere e fará a Chamada Nominal dos senhores deputados.

Solicito ao senhor 1º Secretário para que proceda à Chamada Nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Alborghetti**)  
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)  
Senhor presidente, solicito a retirada da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)  
Aprovado o projeto.

## ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a instituir a obrigatoriedade de adaptação dos hotéis do Estado do Paraná, para atender as necessidades dos deficientes físicos e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 172, de 22.11.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 592/99

#### P A R E C E R :

##### Relatório

De autoria do deputado Divanir Braz Palma, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a obrigatoriedade de adaptação dos Hotéis do Estado do Paraná, para atender necessidade dos deficientes físicos.

##### Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice para a tramitação deste projeto de lei nesta Casa. A proposição está amparada na Constituição Federal, principalmente no § 2º, do artigo 227.

##### Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.12.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Queremos registrar aqui a presença do deputado licenciado, ex-presidente da Assembléia Legislativa, atual secretário de Transporte deputado Nelson Justus, obrigado pela sua presença.

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 069/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, acrescenta artigo a seção II, do capítulo I, do título III, da Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E.R.C.

Nós lembramos que é uma Emenda de Constituição e precisa de quorum qualificado e a votação será nominal.

Conforme dispõe o artigo 196 do Regimento Interno a proposta a Emenda da Constituição será votada em dois turnos, pelo processo nominal e será considerada aprovada em ambos os turnos por 3/5 dos votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Portanto, trinta e três (33) senhores deputados deverão responder com a palavra Sim.

Convidamos o 1º secretário para que proceda a Chamada Nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Alborghetti**)

Os deputado terão que dizer SIM ou NÃO.

(**Inicia-se a Chamada Nominal para a votação.**)

(**Termina a Chamada Nominal dos senhores deputados.**)

Quarenta e um (41) senhores deputados votaram "SIM". **Está aprovada em 2º turno a Emenda à Constituição.** Ela retorna à Comissão Especial, para elaboração da Redação Final, que voltará a Plenário apenas para dar seu Parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 348 a 351, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 353, 354, 355 e 374, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 372, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento nº 356, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 357, de autoria do senhor deputado Elio Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 364 e 371, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 365, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 366, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 367, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 368 a 370, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 375, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 376, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 383 a 385, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, peço a palavra Pela Ordem para agradecer ao presidente Hermas Brandão e a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa a gentileza de convocar a missa de 7º dia do governador Mário Covas, a alegria que tiveram os nossos dois senadores Osmar Dias e Álvaro Dias pela acolhida da direção desta Casa. Então, o motivo da minha questão de ordem era para agradecer ao presidente, à mesa Executiva, ao presidente Hermas Brandão por essa acolhida e pela realização desta missa que foi um ato muito importante e acima de tudo muito justo em homenagem ao nosso ex-governador Mário Covas.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Requerimento nº 358, de autoria do senhor deputado Eli Ghelhere, constante do expediente. **Em Discussão.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 321, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Eu só queria chamar o deputado Beraldin pois fizemos um acordo para que fosse retirado, não é deputado? Retirar definitivamente porque já temos a resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

**Está retirado o requerimento.**

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)**

Quando foi votado o item 7 estávamos com o presidente da Casa, Hermas Brandão, recebendo Sua Excelência o embaixador da Alemanha, juntamente com o ilustre deputado Werner Wanderer, o consul da Alemanha, o setor de Relações Públicas do Palácio Iguaçu e mais alguns senhores deputados deste Parlamento, e queríamos na oportunidade da discussão e aprovação deste item 7 fazer um adendo que estamos fazendo agora, que esta licença não fosse só tão pedida para o Paraguai, Uruguai e Argentina, fosse ela pedida por uma volta ao mundo, ficaria o Hermas Brandão como governador e

ninguém sentiria falta e o Paraná ia muito melhor, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 478/97, do de Lei Complementar nº 648/97 e dos de Lei nºs 683/97; 052, 592, 628/99; 419, 420 e 424/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 663/97; 031/99 e do de Resolução nº 035/2000.

Levanta-se a sessão.

**Transcrição:**

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 12 DE MARÇO DE 2001.

**Lutar já contra o domínio do crime**

Gazeta do Povo

É mais do que sabido que o problema da segurança pública está exigindo, há muito tempo, total renovação da estratégia no combate e, principalmente, na prevenção do crime. O conjunto de medidas drásticas no início do ano anunciado pelas autoridades do setor, abrangendo operações para o desarmamento na periferia de Curitiba, parece não ter sido executado com êxito ou não ter sido suficiente para conter a multiplicação da violência. O fato é que a Capital do Paraná está bem perto de se transformar em terra sem lei e, se não houver uma reação à altura da audácia dos criminosos, logo eles poderão cantar em alto e bom som, em nossas ruas, aquela polêmica letra “funk”, afirmando que “está tudo dominado”.

Mas nem a população curitibana, nem a população paranaense, aceitam submissamente o domínio do crime e têm o direito de exigir uma política prioritária de segurança, que quebre a petulância dos criminosos, traduzida em estatísticas de impacto, reveladoras de uma situação com a qual não mais podemos conviver. Há necessidade de incrementar a “blitz” policial contra armas de fogo, utilizadas em quase 80% dos crimes cometidos na Capital. Há bairros em Curitiba que já estão sendo comparados à “Baixada Fluminense”, como a região do Cajuru, o que exige ação realmente energética para impedir que a delinquência se instale como “moradora” permanente em

nossos bairros, transformando Curitiba em Capital do crime.

A maior severidade deve caracterizar o combate aos delinqüentes devidamente identificados como tal. Não se pode ter nenhuma hesitação diante da audácia e truculência de bandidos como os que atuam, por exemplo, na Vila Trindade, onde os moradores ficam até na contingência de obedecer ao “toque de recolher” imposto pelos traficantes de drogas. Com imposições desse tipo, os bandidos passam a “governar” a vila, a “governar” o bairro, mais outro e, nesse ritmo, daqui a pouco estarão prestes a “governar” a cidade inteira. É preciso destruir esses “bolsões” onde a criminalidade impera despoticamente, antes que o império do crime se estenda por toda a cidade.

Os “fortins” instalados em pontos de Curitiba e RMC já bem demarcados de acordo com a “geografia do crime” precisam ser desmantelados sem mais tardança, para que outros mais não comecem a surgir, tomando os primeiros como modelos para uma reprodução sem fim. A atuação nefasta e cada vez mais audaciosa dos criminosos já está abrangendo praticamente todos os pontos cardeais e, ainda que ninguém possa ter ilusões quanto à possibilidade de derrotar o crime de uma hora para outra, urge que haja mobilização geral das autoridades e sociedade, numa luta que exige inteligência, paciência e perseverança.

Não é possível extirpar o mal num abrir e fechar de olhos, como fazem os super-heróis da ficção, mas é preciso vencer o crime numa guerra que se desdobra em muitas batalhas e não é mais possível ignorar que, até agora, as forças da lei é que estão em inferioridade. É preciso mudar já essa situação, pois isso é o que todos os paranaenses, e principalmente os curitibanos, querem e esperam que aconteça sem mais delongas.

### **Atas de Comissões:**

#### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos cinco dias de mês de março do ano de dois mil e um na Sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presi-

dida na forma regimental pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Ângelo Vanhoni e Algaci Tulio para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Ângelo Vanhoni agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH, ÂNGELO VANHONI,  
ALGACI TULIO, WALDYR PUGLIESI, DUÍLIO  
GENARI, CHICO NOROESTE, JOSÉ MARIA  
FERREIRA, LUIZ CARLOS MARTINS

#### **COMISSÃO DE TURISMO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos cinco dias de mês de março do ano de dois mil e um na Sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Chico Noroeste e Sérgio Spada para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Chico Noroeste agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH, ÂNGELO VANHONI,  
TIAGO AMORIM, ADEMIR BIER, DUÍLIO  
GENARI, CHICO NOROESTE, SÉRGIO  
SPADA, ANTONIO CARLOS BELINATI.